CEL. LESSA BASTOS
Professor do Colégio Militar



# A DOUTRINA COMUNISTA



RIO DE JANEIRO
1946

CEL. LESSA BASTOS
Professor do Colégio Militar



# A DOUTRINA COMUNISTA



RIO DE JANEIRO
1946

## ADVERTÊNCIA AO LEITOR

Leitor amigo, cioso do teu livre arbítrio, não permitas que ninguém pense por ti. Abrir mão da liberdade de pensar é abdicar da própria dignidade humana. Não adotes qualquer teoria ou doutrina sem primeiro examiná-la detidamente. Analise tudo. Pense por conta própria: não admitas a tutoria mental de quem quer que seja.

Por mais sedutora que pareça uma doutrina, não deve ser esposada sem que a conheças profundamente, e, para isso, não bastará considerar apenas os argumentos aduzidos pelos seus apóstolos. Muitas vêzes são sofísticos. Redigidas em forma sedutora para embair a fácil credulidade das pessoas simples, algumas doutrinas disfarçam fatais venenos morais e mentais que empedernizam os corações e entenebrecem as mentes dos adeptos inadvertidamente iniciados nesses sectarismos.

Estude as doutrinas por tôdas as suas faces, pesando os prós e os contras, pois nenhuma encerra a totalidade dos princípios cuja prática possa realizar a relativa perfectibilidade humana.

No que diz respeito às criações do espírito humano, podes ter certeza de que tinha razão Voltaire quando dizia que: "A Verdade está em tôda parte mas não está, tôda, em parte alguma". Se quiseres, porém, encontrar tôda a Verdade, abra a Bíblia, mas é preciso saber lê-la...

Quanto ao comunismo, muita precaução. É sectarismo escravizante. Sua doutrina, sedutora algumas vêzes, outras vêzes propositadamente abstrusa para melhormente iludir os espíritos que se deixam seduzir pelo mistério dos postulados incompreendidos, deve ser estudada não só pelo seu aspecto externo, isto é, pela fraseologia, mas também e sobretudo pelo conteúdo, pelo teor do parolismo marxista.

Nisso, o comunismo é semelhante ao positivismo. É comum ouvir-se ou ler-se autores comunistas ou positivistas que têm a habilidade de repetir, servilmente, dezenas de frases feitas, de *chavões,* de *clichés* mentais, pretendendo expor as próprias idéias apenas com a repetição do que há tantos anos escreveram os corifeus dessas doutrinas.

Um sectarista é um escravo. Não pensa por conta própria, age como autômato, impulsionado por vontade alheia. Êsse é o característico de todos os extremistas, tanto da direita como da esquerda.

Acautela-te, leitor amigo, obedecendo invariavelmente à melhor regra de higiene moral e mental: — Não aceitar sugestões sem examinar conscientemente a veracidade das afirmativas, repelindo tôdas as idéias que não tenham fundo lógico. Cuidado com as idéias falsas: são mais nocivas do que as moedas falsificadas.

Dissertando sôbre a psicologia das multidões e baseando-se em observações de G. Tarde e de G. Le Bon, explica Napoleon Hill que "existe uma multidão de indivíduos em separado e outra composta, na qual a natureza emotiva das unidades parece se misturar e unir".

Assim é que indivíduos pertencentes a uma mesma seita, isto é, que experimentam constantemente os mesmos

preconceitos, sôbre determinados assuntos, constituem uma multidão invisível, porque os seus membros, embora individualmente separados, mantêm permanentemente os espíritos em comunhão de idéias.

Os sectaristas são escravos mentais. O comunismo, sendo o mais pernicioso dos sectarismos, se caracteriza justamente por manter, psicologicamente, os seus prosélitos em constante união mental. Êsse truque visa justamente evitar que êles possam raciocinar livremente e compreendam que estão sendo mantidos em estado de completa escravidão moral e mental mantida pela fôrça coercitiva da sugestão.

Leitor amigo, acautela-te contra a sugestibilidade de certas doutrinas, evite o contágio mental dos mistificadores cuja atividade espiritual se exercita no propósito do aniquilamento da consciência alheia pela fascinação.

Maior perigo afronta quem frequenta assembléias comunistas, anulando-se, como ser pensante, na multidão organizada, coletivizando-se espiritualmente, sem discernimento e sem vontade...

Mantenha, sempre, o contrôle pessoal.

Simpatizante ou não do comunismo, leia esta obra que te mostrará a face negativa do marxismo.

# A DOUTRINA MARXISTA

A obscuridade característica dos pensadores alemães não foi excepcionada por Carlos Marx nem quando êle até declarou claramente não ser marxista. Mesmo então a verdade foi enunciada nebulosamente, porque nessa assertiva Marx só implicitamente confessou não serem suas as teses fundamentais da doutrina cuja autoria lhe é atribuída.

Primeiramente se apropriou êle da Dialética de Hegel, imitando nisso, aliás, o exemplo de Proudhon e de Fuerbach, mas desfigurando o processo lógico do hegelismo original, baseado no desenvolvimento da Idéia, pois conforme observou seu biógrafo, Max Beer, Carlos Marx: "empregava as fórmulas de Hegel de modo inteiramente *mecânico*".

Procurando justificar essa absurda aplicação materialista do processo lógico idealista, disse Marx, no prefácio do primeiro volume do '*Capital*': "Para Hegel, o processo do pensamento, que êle apresenta ainda como sujeito independente sob o nome de idéia, é o criador da realidade... Para mim, ao contrário, o Ideal nada mais é do que o material transportado para o cérebro do homem e nêle transformado".

Possìvelmente Marx quis dizer que o Ideal é o reflexo ou imagem do material... Mas, por enquanto, só nos im-

porta mostrar as origens do pensamento marxista, isto é, as fontes onde êle hauriu os fundamentos da doutrina que compilou e deformou adaptando ao preconceito materialista.

Com relação à dialética de Hegel, o escritor Ernest R. Tratter, grande admirador do marxismo, esclareceu que Luís Fuerbach foi um filósofo alemão que exerceu grande influência em Carlos Marx. Como êste, Fuerbach aceitava a dialética hegeliana; como êle, também não aceitava a marcha do Absoluto".

Armado com a dialética de Hegel, já utilizada anteriormente por Proudhon e Fuerbach, Marx passou a se referir a uma interpretação econômica da história, que êle nunca teve coragem de formular, porque sabia perfeitamente que a História não justifica sua teoria nem se presta a tal interpretação. É ainda o insuspeito Max Beer quem observa: "A concepção materialista da história revelou-se um método de estudo extremamente fecundo. Certo número de seus elementos foram formulados, *parte antes de Marx e parte contemporaneamente*". (Pág. 120).

A êsse respeito, G. Richard, em sua obra "*A questão social e o movimento filosófico no sécula XIX*", escreveu: "Quanto aó materialismo histórico, decompõe-se a análise em duas noções, *nenhuma das quais pertence a Marx*. Foi um economista inglês, Malthus, quem primeiro demonstrou como as instituições civis fundamentais dependem do meio econômico... O outro aspecto do materialismo histórico é a idéia, tão contestável quanto clássica, de uma história universal a formar um desenvolvimento único, que nem a atividade do indivíduo nem a da nação pode alterar". (Pág. 202).

Passemos, agora, a outro assunto. É de estranhar que um biógrafo sempre tão escrupuloso como Marx Beer tenha cometido injustificável inexatidão afirmando: "Uma das contribuições mais importantes de Marx, para o estudo da História, é a sua teoria das classes sociais e da luta de classes". (Pág. 121). O próprio biografado se encarregou de lhe fazer formal contestação, quando confessou: "No que me diz respeito, não tenho o mérito de haver descoberto a existência das classes na sociedade moderna, assim como suas lutas. Muito tempo antes de mim, historiadores burgueses descreveram o desenvolvimento dessa luta de classes". (Neue Zeit, tomo X, pág. 164, citação do próprio Beer). Nessa oportunidade Marx se contentou em se fazer passar como autor apenas das expressões *"ditadura proletária"* e *"ditadura de classe do proletariado"*. Realmente tal criação não lhe grangeia grande mérito literário e filosófico, mas é somente isso que lhe cabe na tal "concepção da luta de classes," fundamento do "materialismo histórico" que também não é de sua autoria.

Aliás, essa confissão de Marx foi feita com a intenção de apurar as críticas, pois a tese da luta das classes já vinha sendo sustentada desde o século anterior. Em sua excelente *"História das Doutrinas Econômicas"* René Gonnard esclarece: "Também era a luta das classes, como o demonstrou o Sr. Cahen, noção familiar em muitos pensadores do século XVIII, em Mercier, Turgot, Mirabeau, nos redatores de várias brochuras publicadas por ocasião da reunião dos Estados Gerais de 1789. Ainda cita o Sr. Simkhovitch dentre os precursores de Marx, neste ponto de vista, Linguet, Baboeuf, Lourenço von Stein,

Saint Simon, Guizot e outros historiadores franceses. Poder-se-ia até acrescentar os nomes de J. B. Say, Cherbuliez e outros economistas clássicos. Constitui a noção da luta de classes "uma das mais velhas partes da tradição socialista" (pág. 135 do III tomo).

Justamente porque o marxismo se fundamenta na economia e como qualquer doutrina econômica tem como base a teoria do valor, constataremos que Marx também não foi original nesse terreno.

Sôbre o assunto, escreveu Max Beer: "Adam Smith e David Ricardo, estudando o regime econômico, estabeleceram a *teoria do valor medido pelo Trabalho*. Marx foi o seu continuador. Desenvolveu e justificou rigorosamente essa teoria". (Pág. 414).

Que êle absolutamente não justificou essa teoria, aliás injustificável, conforme já o têm provado vários economistas, não nos importa neste momento, pois apenas queremos frisar que nem aí Marx foi original.

É ainda Max Beer quem assevera : "A doutrina da *mais-valia* é a pedra angular da teoria econômica de Marx". (Pág. 415).

Não discutiremos isso, mas contestamos que essa teoria de *mais-valia* seja de Marx. O próprio Max Beer, em outra parte de sua obra, se encarrega de desmentir-se: "O autor anônimo da brochura *'Uma carta ao Lord John Russel'*, publicada em 1821, escreve: "O capitalista não passa de um agiota; êste empresta dinheiro, aquêle os meios de produção. O ganho do primeiro chama-se juro, o do último lucro. Mas as duas fontes de renda provêm do *super-trabalho* do operário. É dêsse *super-trabalho* que *nascc o capital*". (Pág. 148).

Que *nasce,* não, diríamos nós, se estivéssemos versando o assunto, que *cresce,* sim, porque os meios de produção representam emprêgo de capital e, quando foram emprestados ao trabalho, *já existiam.*

Continuando a refutar-se, Max Beer acrescenta: "A brochura de Thomas Hodgskin, intitulada "*Labour Defendend*" (1825), procura demonstrar que o capital é improdutivo e que é constituído apenas pelo super-trabalho do operário". (Pág. 148).

Eis aí dois precursores de Marx na conceituação do capital como sendo produzido pelo *super-trabalho* ou *mais-valia, sobre-valor, lucro, interêsse, renda,* etc.... (*)

Examinando-se, assim, as principais teses do marxismo, como sejam a do *materialismo histórico,* a da *luta das classes,* a do *valor* e a da *mais-valia,* verifica-se que Marx compilou tôda a doutrina que lhe atribuíram como obra original. A verdade é que, como bem o disse G. Richard, nada há de original na obra de Marx, pois tôdas as suas teses se encontram claramente expressas por outros escritores que o precederam.

Essa a razão pela qual êle declarou não ser marxista. Foi a maneira mais hábil de confessar não haver elaborado a doutrina que batizaram com o seu nome.

---

(*) René Gonnard, em sua "*História das Doutrinas Econômicas*" observa: "o próprio Carlos Rod'bertus Jagtzow censurou Marx o havê-lo *pilhado* sem o nomear. Afirma êle designadamente que antes de Marx demonstrara, e com mais clareza, a teoria da *mais-valia* — ao passo que Engels, o amigo de Marx, certificou que a êste se devia "*aquela grande descoberta*"". Bem parece que se devam preterir os dois alemães, e que foi a — *grande descoberta* sobretudo feita por socialistas inglêses e franceses anteriores (Pág. 107 do III tomo da edição portuguêsa de 1942).

## CARÁTER ESSENCIAL DO MARXISMO

Se os marxistas qualificassem sua doutrina apenas como um conjunto de princípios, um sistema de idéias, nada se lhes poderia opor além da demonstração da falsidade dêsses princípios e a perniciosidade dessas idéias. Assim, opondo doutrina contra doutrina, seria possível neutralizar a propaganda subversiva que visa a demolição das instituições sociais inspiradas nos conceitos de família, pátria e propriedade.

Os marxistas, porém, se limitam a afirmar, como Max Beer: "A doutrina de Marx é onipotente porque é verdadeira", sem preocuparem, está claro, em demonstrar que ela seja verdadeira. Êles são audaciosos e, para se atribuírem alguma importância perante os indoutos, os incapazes de perceberem o embuste, classificam o marxismo "como ciência e como filosofia". A verdade, entretanto, é que êle não é nem uma nem outra coisa.

Em sua obra *"Le socialisme suivant les peuples"*, Laskine registrou que o marxista alemão Bernstein "teve de reconhecer que o socialismo não é nem pode ser exclusivamente uma ciência. É o socialismo uma ordem *por vir* e eis por que o que nêle há de característico escapa a qualquer demonstração científica. Aquilo que no socialismo é propriamente científico não é socialista e o que é socialista

não é científico. Só há como ciência aquilo que é. Ora, o que *deve ser*, por definição não é. A *sociedade de amanhã* não pode ser objeto de ciência para o sábio de hoje". (Páginas 62-63).

Não sendo ciência, muito menos é filosofia, porque esta, procurando, pelo conhecimento, a certeza, isto é, a verdade, é por si mesma a ciência das causas e da razão das coisas.

Não obstante, porém, a manifesta aversão dos elaboradores da doutrina marxista pela pesquisa das causas e das razões dos fenômenos primários, Lafargue afirma: "A filosofia de Marx é o materialismo filosófico aperfeiçoado". (Resumo de *"O Capital"*, pág. 414). Isso não é verdade. Primeiramente, Marx não é filósofo, mas apenas economista e sua doutrina, conquanto materialista, foi muito mais inspirada no idealismo, constituindo, no respeitante à explicação dos fenômenos sociais, uma deformação da dialética hegeliana.

F. Engels, conforme a citação de Riazanov, gabou-se de que "os socialistas alemães se orgulhavam de derivarem não somente de Saint-Simon, Fourier e Owen, mas também de Kant, Ficht e Hegel". Comentando essa pretendida procedência, acrescenta o insuspeito autor lo livro *"Marx e Engels"*: "Engels não menciona um quarto filósofo alemão, Fuerbach, ao qual êle consagrou em seguida uma obra especial". (Pág. 40).

Realmente, tôda a teoria do materialismo histórico de Marx e Engels constitui uma contrafação da dialética de

Hegel, executada, aliás, por Fuerbach e adaptada, depois, pelos dois fundadores do marxismo com o acréscimo de um elemento novo: *a luta de classes,* que êles pescaram nas obras de outros socialistas.

A fonte principal, porém, foi Hegel, cuja dialética apresenta não só uma concepção do mundo como um método de investigação. Foi dêsse método que procurou se apropriar Marx, sendo nisso antecipado por Fuerbach. O panteísmo idealista de Hegel concebe a unidade do mundo como expressão da idéia de um Sêr Absoluto, de cujo desenvolvimento através do tempo e do espaço resulta a natureza, a história, a religião, a arte, etc. Para êsse filósofo, a razão, a idéia, o pensamento não se imobilizaram cristalizando-se num estado único, estabilizando-se numa *tese*. Para êle, cada pensamento, se opondo a si mesmo, se divide em dois pensamentos contrários um ao outro, a afirmação e a negação, o sim e o não. Essa luta entre elementos opostos é denominada *antítese* e gera o movimento chamado *dialética.* Mas a afirmação e a negação acabam-se fundindo num novo pensamento denominado *síntese,* o qual, por sua vez se desdobra em dois pensamentos opostos e assim, sucessivamente, as teses se tranformam em antíteses e estas se fundém em novas sínteses. Foi essa luta das contradições que Hegel julgou ser a fonte de todo desenvolvimento, embora situe o impulso inicial na idéia do Absoluto e considere o espírito como único princípio motor da história.

Muito antes de Marx e Engels, Fuerbach deturpou a dialética hegeliana, adaptando-a ao ponto de vista materia-

lista. Para isso substituiu nela Deus pelo próprio homem, isto é, opôs ao princípio teológico o princípio antropológico, baseado no argumento de que foram os homens que criaram os deuses e não Deus quem criou os homens. Foi nessa altura que interveio Marx, o qual, conforme o confessa Riazanov: "introduziu alguma coisa completamente nova na filosofia de Fuerbach, tirando dela novas deduções". (Pág. 52). Essa *alguma coisa nova* a que se refere o panegirista de Marx foi a que êle mesmo denominava: "a ação prática revolucionária fundada sôbre a crítica da realidade". (Pág. 55), foi o elemento revolucionário, a *luta de classes,* cuja importância, como fator histórico, já havia sido salientada por vários socialistas.

Não é necessário ser filósofo para compreender a ingenuidade dos que pretendem que todo o desenvolvimento histórico seja fruto da luta de classes e que dessa luta se tenha originado os esplendores da civilização: as invenções, os descobrimentos, as obras de arte, as aplicações científicas à indústria, etc. Prova dessa ingenuidade deu o comunista Riazanov, quando, na obra citada, referindo-se à notícia da descoberta da televisão, escreveu: "E tudo isso se faz não por intermédio do *espírito* mas por intermédio duma matéria extremamente sutil e delicada, medida e dirigida por nós". (Pág. 46). Mas quem é êsse *nós* — que mede e dirige a matéria? — Para os materialistas é só matéria. Assim, é a matéria automática que se *percebe* e que se *mede* a si mesma.

E por que foi inventado o aparelho de televisão, o radiofônico, etc.? Antes de serem realidades foram idéias

concebidas pelo espírito dos inventores. Antes da realidade, houve a *intenção*, êsse problema psicológico que se apresenta sempre como a *causalidade* de tôdas as criações humanas.

Os marxistas alemães Heinrich Cunow e Franz Mehring, cujas obras foram analisadas pelo escritor inglês Karl Federn, despenderam grande esfôrço ao procurarem realizar o que nem Marx, nem Engels se atreveram a fazer, quando tentaram aplicar aos fatos históricos essa teoria geral da história universal elaborada por dois homens que se haviam habituado a só verem o aspecto econômico das coisas...

Na sua *"Concepção materialista da História"* Federn demonstrou cabalmente não só que as causas econômicas não foram sequer decisivas no curso da História como deixou fora de qualquer dúvida que, dependendo as condições de produção das fôrças produtoras e sendo estas descobertas, desenvolvidas e aplicadas graças à inteligência humana, o progresso dependeu sempre da mente humana.

Inconcebível como filosofia, o materialismo histórico é inaceitável como simples método de estudo, pois se a História, quer como arte, quer como ciência, adotar um ponto de vista único para encarar todos os fenômenos, há de vê-los sempre apenas unilateralmente.

Mas, afinal, que é o marxismo?

Apenas uma opinião.

Platão dizia que o homem tem dois modos de conhecimento: a ciência, que tem por objeto aquilo que é, enquanto é, e a opinião, que é a faculdade de julgar segundo a aparência.

Julgando as coisas, isto é, pretendendo conhecê-las não como elas são, em verdade, mas apenas pelo seu aspecto econômico, o marxismo não é ciência, nem filosofia, nem método, — representa apenas a *opinião dum economista sôbre a vida humana.* (*).

---

(*) Na preleção introdutiva do curso que sôbre o "*Materialismo Histórico*" desenvolveu na Rússia, no ano de 1921, L. A. *Tcheskiss* ensinou: "O marxismo e a *concepção,* isto é, o modo de encarar a vida, do ponto de vista do proletariado e que permite *esboçar a concepção que terá* a sociedade que êle está destinado a criar. Esta concepção surgiu algumas décadas antes de Marx e com Marx ainda não se completou (Págs. 15 e 16 da edição brasileira de Calvino Filho).

Aí está confusamente explicado que o marxismo, criado algumas dezenas de anos antes de Marx, é *apenas uma concepção que permite esboçar* a concepção que futuramente terá a sociedade que o *proletariado está destinado a criar.*

Ora, como se poderá garantir que uma concepção ainda não completada, isto é, apenas esboçada, deverá forçosamente ser a duma sociedade futura? Se o próprio marxismo ensina que as formas sociais são reflexos dos fenômenos econômicos, como pretende êle esboçar concepções sôbre o futuro sem entrar no domínio do *profetismo?*

Idealizar um paraíso terrestre, habitado por criaturas seráficas e atribuir, ainda por cima, concepções a êsses sonhados sêres edênicos, é próprio de ideólogos e não de materialistas.

## CONCEITO MARXISTA DE PROPRIEDADE

O "*Manifesto do Partido Comunista*" redigido por Marx e Engels em 1848 declarava expressamente: "os comunistas podem resumir sua teoria nesta única expressão: *abolição da propriedade privada*". Oito anos antes Proudhon havia desenvolvido a proposição: *"a propriedade é um roubo"*, fórmula essa já lançada por Brissot de Warville desde 1780.

Por sua vez, J. J. Rousseau, êsse "Luthero da ordem social", conforme a qualificação do Abade Six, já expusera, com alguma anterioridade, no *"Discurso sôbre a desigualdade das condições"*: "O primeiro que tendo cercado um terreno, entendeu dizer *'isto é meu'* e encontrou gente bastante simplória para o crer, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquêle que, arrancando as estacas ou fechando o fôsso, tivesse gritado a seus semelhantes, — abstende-vos de ouvir êsse impostor; estais perdidos se esqueceis que os frutos são para todos e que a terra não é de ninguém". Pág. 95 — 2.ª Parte).

Antecedendo nossos comentários e para melhor fundamentá-los, vejamos como Voltaire se referiu a essa teoria de Rousseau, que foi, como se vê, um dos inspiradores de Marx. Nos *Aforismos, Sentenças e Julgamentos Salomô-*

*nicos*, do impiedoso satírico de Ferney, entre outras justíssimas críticas a conceitos do autor do "*Contrato Social*", lê-se: "Então quem plantou, semeou e cercou, não tem direito a colhêr o fruto do seu trabalho? Então um homem injusto e ladrão teria sido o benfeitor do gênero humano? Eis aqui a filosofia dum tratante!" (Pág. 111).

Não obstante recuos posteriores, que representam meros recursos de tática política, o princípio fundamental do marxismo é a abolição da propriedade, por ser esta um roubo, e, por isso, os comunistas justificam a necessidade do estabelecimento duma ditadura revolucionária do proletariado para o fim exclusivo da expropriação dos capitalistas e proprietários.

Na Rússia, posta em prática a doutrina marxista, as instruções de 19 de agôsto de 1917 decretaram a anulação do direito de propriedade à terra. Pouco depois, em outubro, foi suprimida a propriedade urbana. Tôdas as emprêsas mercantis e industriais, assim como os bancos, foram comunizados. Estava, assim, realizada a teoria: expropriação dos expropriadores.

Sobreveio, porém, a crise da produção, conseqüência lógica da falta do interêsse pessoal dos dirigentes das atividades econômicas. Tudo era do Estado, isto é, tudo era de todos, nada de ninguém. A falta de estímulo do interêsse pessoal produziu a retração das iniciativas propulsionadoras e disso resultou o marasmo geral, redundando em evidente fracasso a exploração agrícola e industrial comunista.

Já Proudhon havia advertido na "*Filosofia da Miséria*": "nosso maior inimigo é a utopia", mas não o quise-

ram ouvir, porque Marx o havia pôsto no "*index*" *marxista*...

O que houve depois na Rússia é sabido: uma retirada acelerada para o sistema econômico misto, entre capitalista e dirigido, seguindo-se vários outros avanços para o coletivismo e novos recuos simulados, conforme a maior ou menor necessidade de despistar a opinião internacional ou de contornar dificuldades internas.

Em 1922, visando fixar a população dos campos fortemente atraída pelas vantagens dos grandes centros industriais e pelas comodidades urbanas, foi concedido aos camponeses o *usofruto perpétuo* das terras que ocupavam por ocasião da revolução de 1917.

Mas não foi só na agricultura que se deu essa aparente marcha à ré no socialismo russo. O mesmo se verificou no comércio e na pequena indústria, quando Lenine adotou a nova economia (N.E.P.).

Em 1928, com o início do regime dos planos qüinqüenais, o comunismo russo, que já havia conseguido iludir o capitalismo europeu, apesar de o haver espoliado em 1917, rumou novamente para a socialização da propriedade, sendo confiscados os bens dos Kulaks e realizadas explorações coletivas.

Em 1936 verificou-se novo recuo simulado, restabelecendo-se para os camponeses o regime da propriedade, embora a constituição soviética dêsse ano prescreva, em seu art. 6.°, que a terra e suas riquezas, as águas e florestas são propriedade do Estado.

Comentando essas vicissitudes do comunismo, observou René Gonnard: "Correspondem a uma tática elaborada por Lenine e continuada pelo seu sucessor, tática ra-

ciocinada,, sistemática, que *comporta recuos momentâneos*", "*movimentos envolventes*" e até "*retiradas em boa ordem*" quando parece ser útil e se trata de ganhar tempo. O bolchevismo, portanto, não perde de vista o seu fim, ainda quando parece afastar-se dêle momentaneamente".

Ora o objetivo final do comunismo é, evidentemente, a abolição da propriedade individual e isto porque êle não considera o indivíduo como ponto de partida de tôda a ação social. Entretanto, é inegável que a individualidade é a maior fôrça produtora, quer na religião, quer na política, nas ciências, nas indústrias, nas artes e nas letras. Tôda civilização é obra individual, senão quanto à realização, pelo menos quanto à idealização. E desde que o primeiro homem inteligente produziu qualquer coisa, facilitando a satisfação de alguma necessidade primária, fêz-se proprietário dessa invenção. O mesmo raciocínio cabe quanto à primitiva ocupação útil de qualquer terreno indelimitado.

Admitem, absurdamente, os comunistas, que "*a propriedade é criação da lei*". Não; o fato é anterior, a propriedade antecedeu à lei que a assegurou. Antes da lei houve o costume; do chamado direito consuetudinário é que derivou a legislação. O ato da propriedade é anterior ao direito. (*).

---

(*) Na sua "*Pequena História do Mundo*" ensina o insuspeito H. G. Wells : "Muito tempo antes do aparecimento do homem sôbre a terra, os símios tinham *instinto de propriedade*. É pela posse dos bens que os animais se batem, o cão pelo seu osso, o tigre pela sua furna, o cervo bramante pelo seu rebanho. Em sociologia não se conhece expressão mais vazia de sentido do que a de *comunismo primitivo*.

"O instinto de propriedade era muito mais intenso no animal e no selvagem primitivo do que no homem civilizado atual.

"Nada o limita no selvagem de nossos dias nem no homem que não aprendeu a dominar seus instintos. Tudo o que podem conquistar podem possuir, quer sejam mulheres, escravos, caças, clareiras ou pedreiras". (Pág. 277 da edição José Olímpio, tradução de Gustavo Barroso).

Quando os indivíduos se reuniram em sociedade, para a defesa comum, reconheceram o direito de propriedade particular e ela foi observada até entre a maioria dos povos selvagens que ainda não eram sedentários, no que diz respeito às armas, utensílios, adornos, cavalos, caça, etc...

Ao afirmar S. Tomás de Aquino: "não é a propriedade particular imposta pelo direito natural, mas sim conforme ao direito natural", definindo a conceituação cristã, estribou-se na argumentação de Aristóteles:

I — O sentimento da propriedade sobreexcita no indivíduo o ardor do trabalho;

II — A ordem social fica melhormente garantida quando cada um tem o seu próprio bem e o governa;

III — A indivisão leva de fato à usurpação pelos mais fortes;

IV — O respeito da propriedade leva o homem a melhor compreender a existência do estado social e a dedicar-se a êle".

Divergindo essencialmente do comunismo, o socialismo inglês, do qual é líder Ramsay MacDonald, reconhece que a "propriedade das coisas será sempre um meio de expressar a personalidade". A tese defendida pelo autor do "*Socialismo*" é nítidamente anticomunista: "A socialização de certas formas de propriedade é uma condição necessária para a difusão geral da propriedade privada. A nacionalização do capital industrial e da terra não é, por conseguinte, a primeira etapa da abolição de tôda a propriedade privada, senão precisamente o oposto".

Assim, vemos o comunismo caminhar para a abolição de tôda propriedade privada e o socialismo combatendo também os monopólios, procurar assegurar às massas o direito à conquista da mesma. Entretanto, o socialismo apenas superficialmente se aproxima da solução certa, que é a indicada pela doutrina social católica.

Não se deve perder de vista que, sendo o comunismo absolutamente incompatível com o regime da propriedade privada, tudo quanto se disser a respeito de sua aparente evolução doutrinária para a direita será recurso de propaganda visando ludibriar os incautos e atrair, mais uma vez, o cobiçado ouro capitalista.

## LUTA DE CLASSES

Os prosélitos de Carlos Marx afirmam reiteradamente que uma das mais notáveis contribuições do mestre para o estudo da História é a sua — teoria das classes sociais e da luta de classes.

Reportando-se a êsse assunto e referindo-se aos sistemas socialistas e comunistas de Saint-Simon, Fourier, Owen, etc., anteriores ao seu, o próprio Marx escreveu: "Os criadores dêsses sistemas percebem, com clareza, o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes dentro da sociedade reinante. Não concedem, porém, ao proletariado, nenhuma atividade histórica independente, nenhum movimento político próprio". (Manifesto Comunista).

Eis aí o testemunho do próprio criador do marxismo sôbre a precedência de outros socialistas na consideração do papel histórico do antagonismo das *classes sociais*. O que êle pretende haver feito foi simplesmente exagerar a importância da luta de *classes econômicas,* verificada desde a mais alta antiguidade, chegando à falsa conclusão de que "A História não é senão uma história da guerra de classes", considerando ainda estas, apenas, sob o ponto de vista econômico.

Parece ocioso qualquer esfôrço no sentido de demonstrar que na *maioria* dos acontecimentos históricos não transparece a menor luta de classes econômicas e que em

longos períodos reinou não só o máximo acôrdo entre as mesmas, como até a mais íntima união em ações comuns. Aliás, Kautsky, discípulo de Marx, confessou lealmente que "só em certas condições é que a luta de classe se torna motor da História".

Na história antiga abundam exemplos de lutas entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, patrícios e plebeus. Mais numerosas, porém, são as lutas de partidos políticos, de povos, de realezas, por interêsses pessoais ou coletivos, por motivos religiosos, pelo desejo de conquista, etc., etc.

Ramsay Mac Donald, em sua obra *"O Socialismo"*, focou muito bem o assunto, dizendo: "A teoria do determinismo econômico na História era uma teoria de luta de classes" (pág. 119) e, pouco antes, depois de haver observado que "a concepção materialista da história é, em definitivo, unilateral e inadequada", explicou quase satisfatoriamente: "é o pensamento do homem, com seus ideais, seu sentido de justiça e injustiça, e suas aspirações, o que faz da pobreza e da injustiça econômica um sério agravo, prestando-lhe êsse caráter explosivo que converte numa causa de revolução. Agora vemos tudo isso agrupando os motivos que determinam as transformações e o gênero de mudanças que até agora têm acontecido, *daremos seu justo valor aos que são motivos intelectuais*, o mesmo que aos que são materialistas e econômicos".

Admitindo, absurdamente, quanto ao passado, que a História de tôdas as sociedades tenha sido a somente história de lutas de classes, afirma Marx que, quanto ao presente, a tendência da humanidade é dividir-se apenas em duas grandes classes — a Burguesia e o Proletariado — e

conclui prognosticando a futura dominação absoluta dessa última classe.

Logicamente, essa teoria da luta de classes é de fundo internacionalista, proscrevendo mesmo a noção de nacio-lidade. E Marx se dirigia sempre ao proletariado internacional: *"Proletários de todos os países, uni-vos!"* Dessa união adviria, conforme os seus prognósticos, a instituição definitiva da sociedade humana, pois desde a mais remota antiguidade até a presente época a humanidade tem apenas se preparado, através do desenvolvimento econômico, para o advento dum regime indefinido de felicidade e paz. Marx chegou mesmo a afirmar que "com essa formação social é que se fecha *"a pré-história da sociedade humana"*, pois, segundo êle, o regime econômico-capitalista constitui a última fase dessa pré-história...

A conclusão lógica de tudo isso é que, com a dominação absoluta da classe proletária e naturalmente após uma fase de preparação sociológica, se estabeleceria sôbre a terra a paz universal e se iniciaria a História. Sim, porque, segundo êle, ainda estamos na pré-história...

Mas a História, para Marx, só poderia ser expressão de regressão, porque cessada a luta de classes, que para êle é *"a base e a fôrça motriz de tôda a civilização"* cessaria conseqüentemente essa, e a humanidade começaria a regredir.

Para chegar à conclusão do predomínio absoluto da classe proletária, por meio de uma revolução universal, baseou-se Marx na chamada teoria do *empioramento,* por êle mesmo formulada no falso pressuposto *"da miséria crescente e da insegurança permanente do operário".*

Êsse empioramento, contudo, tem sido desmentido de todos os modos, com o desenvolvimento da legislação tra-

balhista. As condições de vida do proletariado melhoram cada vez mais ao revés das predições pessimistas de Marx.

A verdade é que essa tese da luta de classes abriu um abismo entre o marxismo e o socialismo inglês, o qual, pela palavra de Ramsay Mac Donald, professa doutrina oposta: "O conflito é um incidente numa evolução rumo à completa harmonia social, e o *motivo para a evolução não é econômico,* senão intelectual e moral".

Na própria Alemanha, Bernstein, em seu livro — *Origem do movimento revisionista na Alemanha* —, nega que a sociedade burguesa apresente sintomas de próxima destruição e retifica a doutrina marxista no que diz respeito à concepção materialista da História e à luta de classes.

Revolucionário no mais alto sentido da palavra, Marx, que procurou se envolver em tôdas as revoluções e motins organizados por elementos obreiros, movimentos êsses em grande parte insuflados por êle mesmo, que, — de passagem se diga, nunca foi proletário, — desmentiu o seu desdém theórico pelas *"ideologias"* quando adotou com a *idéia de luta de classes* um instrumento psicológico para despertar na consciência da classe proletária a sugestão de revolta contra a organização social por êle combatida.

A sangrenta experiência russa — que já vai durando demasiadamente para desassosêgo da humanidade — mercê da existência do não menor perigo nazista de dolorosa memória, serviu para demonstrar a falta de fundamento da previsão marxista do futuro desaparecimento das classes, pois, após muitos anos de govêrno absoluto da classe proletária, dizia Lenine: "Tem-se conservado as classes, mas tôdas têm mudado de aspecto durante a época da ditadura

do proletariado, modificando-se igualmente as suas relações mútuas. As lutas destas não *desaparecem com a ditadura proletária; o que fazem é tomar novas formas*". Agora, passados 28 anos, Stalin, ouvido sôbre o assunto, terá de repetir o que disse o seu antecessor e se o próprio Márx ressuscitasse daqui a três ou quatro séculos, ficaria decepcionado, mas não teria outra linguagem.

Hoje ninguém admite mais, de boa fé, a possibilidade da humanidade se dividir em dois campos — produtores e consumidores — porque, em última análise, exceto a insignificante minoria que vive exclusivamente das rendas, todos são produtores e, conseqüentemente, proletários. A divisão do trabalho, com a multiplicação das especialidades, aumentou a dependência recíproca dos homens, unificando-os cada vez mais. (*).

Impossível também parece a futura luta entre as classes agrícolas e industriais, prevista por certos pensadores, porque as indústrias nunca poderão prescindir da matéria prima e dos meios de subsistência que só os campos poderão fornecer, nem a agricultura poderá deixar de prover-se com os produtos industriais.

O cada vez maior entendimento entre os homens só poderá produzir harmonia social. O marxismo é negativista.

(*) A. Labriola é de opinião que as classes sociais "nascem historicamente e socialmente de uma forma determinada de produção" (Págs. 195 e 186 dos "Essais sur Conception Materialiste de l'Histoire", 2.ª edição)

Isso não é verdade. Durante os longos séculos da antiguidade as classes sociais encontraram o maior diferenciador na guerra. Durante grande parte da idade média se verificou o mesmo, pelo menos enquanto duraram os prolongados efeitos das invasões. Os vencedores eram proprietários e os vencidos forneciam trabalho ou pagavam taxas, impostos, etc. Também neste ponto a teoria econômica não se apóia nos fatos históricos, afirmando sem base.

Da variedade das aptidões naturais e das circunstâncias fortuitas, favoráveis ou desfavoráveis, assim como das índoles e tendências individuais, se originam as desigualdades sociais na época em que vivemos.

## O CONCEITO MARXISTA DE VALOR

O conceito marxista de valor constitui um dos pontos mais fracos da doutrina. Aí, como em tudo, a falta de originalidade não absolve Marx, que errou, inicialmente, indo buscar na economia clássica de Adam Smith e David Ricardo, deformando-a, *a teoria do valor medido pelo trabalho.*

Compreende-se que, quando o marxismo adotou o princípio de que *o valor de tôda mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção,* pretendeu fundamentar nêle a tese de que — a fôrça de trabalho do assalariado é mercadoria por êle vendida ao capitalista para cobrir não sòmente a despesa de sua manutenção como a de tôda a produção. Dessa proposição extraiu Marx a doutrina do "super-trabalho" ou "mais-valia", a qual, no dizer de seus asseclas, constitui a pedra angular da teoria econômica por êle coordenada com elementos hauridos em múltiplas fontes.

Só mesmo partindo da velha e falsa teoria de valor medido pelo trabalho poderia o marxismo chegar 'a da "mais-valia", alegando que o assalariado trabalha, parte do dia, estipendiadamente para si e parte, grtuitamente, para o capitalista. Dêsse "super-trabalho" é que se origina a "mais-valia" que representa aumento do capital.

Nada mais fácil do que demonstrar a falsidade da doutrina marxista. Basta revelar a falta de fundamento das premissas, para que as conclusões se esboroem, sem o mínimo esfôrço lógico.

Não é absolutamente verdade que *"o valor de tôda mercadoria seja determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção"*, isto é, exclusivamente pelo custo da mão de obra. E a planificação, a idealização da obra? E as invenções? E a técnica?

O maior êrro, porém, está na expressão *tempo de trabalho*. Marx tomou em consideração apenas a *quantidade* e não a *qualidade do trabalho*. (*).

Vejamos, por exemplo, o caso simples de dois carpinteiros: o mais hábil fará um banco em duas horas e o outro, menos destro ou menos lesto, levará quatro horas para igual trabalho. Por que razão o segundo banco deverá valer mais do que o primeiro se a madeira empregada foi a mesma e se êste tiver melhor acabamento?

---

(*) Antes de Marx, já a escola liberal de Adam Smith e Ricardo havia reconhecido que o trabalho é a única fonte do valor dos objetos. Anteriormente ao marxismo o programa de Gotha declarava que o trabalho é a fonte de tôda riqueza, o que Marx contestou dizendo que o trabalho é a única *fonte do valor em troca*.

Êsse é justamente o êrro fundamental de Marx, porque o valor de troca de qualquer mercadoria é a necessidade que haja da mesma pelo adquirentes. E não é só a necessidade, também o gôsto artístico dos compradores pode atribuir maior ou menor valor às mercadorias.

O encontro fortuito duma pedra preciosa de alto valor não depende do trabalho de a recolher. A êsse respeito Cathrein apresenta um argumento interessante, lembrando o caso das madeiras: "um negociante traz da África ou da América um carregamento de madeiras diversas. Qual será o valor delas? Será regulado unicamente pelo tempo ou pelo trabalho invertido em cortá-las, reuni-las e transportá-las? Ninguém o crerá. Seu valor será distinto, conforme a raridade, qualidade e utilidade relativa de cada uma".

É um grande êrro afirmar que o trabalho é a única fonte do valor, sendo falsa, portanto, a base do pseudo socialismo científico.

De acordo com a teoria de Marx, a quantidade de valor é a quantidade de trabalho, a qual, por sua vez "se mede pela duração, pelo tempo de trabalho" — e êsse conceito leva aos maiores absurdos, o mais assinalável dos quais é o esquecimento de que justamente o trabalho intelectual dos empregadores, dos inventores, dos engenheiros, não tem horário, porque as preocupações profissionais assaltam os indivíduos a qualquer hora do dia ou da noite...

Aliás, só mesmo a Marx poderia ocorrer a idéia esdrúxula de avaliar as concepções pelo tempo do trabalho concepcional. Chegar-se-ia, assim, a constituir uma estética quantitativa... Encarado por êsse prisma, o marxismo é realmente divertido.

Como se vê, o conceito marxista de valor peca justamente pelo seu simplismo, baseando-se apenas no trabalho despendido, com desprêzo de fatôres importantes como sejam a necessidade, a utilidade e a raridade das mercadorias.

Muito judiciosamente Schatz observa: "o trabalho só importa pela utilidade criada, quer material, quer psicológica; e as riquezas imateriais (capital psicológico) têm extrema importância". Do mesmo parecer era Dunoyer: "não tem o trabalho valor em si mas unicamente na proporção em que cria utilidade; é o *trabalho manual* fator da produção, mas sem proeminência sôbre o capital psicológico nem sôbre o capital material".

Para Marx, porém, nem a experiência dos negócios, nem os conhecimentos técnicos, que representam capital psicológico, tinha o menor valor: êle só considerava o trabalho manual e a duração dêste... Mas logicamente nin-

guém pode avaliar qualquer mercadoria unicamente pela soma de trabalho manual que ela representa e muito menos pelo tempo do trabalho gasto na execução.

Como se calculará, por exemplo, o valor dum par de sapatos? Somente pelo tempo gasto em fabricá-lo? Seria absurdo. Existem sapatos mais ou menos resistentes, isto é, mais ou menos duradouros, existem sapatos mais ou menos cômodos; existem os que, pelo seu feitio mais elegante, agradam mais ao senso estético de certa freguesia e várias são as espécies de couros e de aviamentos empregados nos calçados.

É evidente que o valor de qualquer mercadoria há de variar de acôrdo com a sua utilidade e qualidade, com a sua raridade e com a necessidade que, na ocasião e no local, haja da mesma, e, finalmente, com os riscos corridos na produção do trabalho ou no transporte dos produtos e matérias-primas. Conseqüentemente, do custo total da produção — nêle também incluído não só o do trabalho manual, como o do intelectual — é que pode ser deduzido o valor da mercadoria.

Justamente porque a noção do valor constitui o conceito basilar da economia política, chega-se à conclusão de que a doutrina econômica de Marx não tem fundamento lógico.

A terra e o trabalho são duas fontes de riqueza, porque o capital não é mais do que trabalho acumulado. O êrro inicial dos fisiocratas foi considerar a terra como fonte única. Apenas no êrro oposto teriam caído os marxistas se houvessem indicado o trabalho como a origem única da riqueza, mas foram mais desastrados, admitindo

a quantidade de tempo gasto no trabalho como medida exclusiva do valor... (*).

Deduzida, como vimos, da teoria do valor, a doutrina da "mais-valia" ou "sôbre-valor" ou, ainda, "super-trabalho" é tão absurda quanto a outra. Antes de Marx, Thompson, Proudhon e Sismondi já a haviam apresentado. Também nesse êrro não foi êle original.

Partindo da falsa concepção de que mercadoria representa economicamente apenas trabalho humano materializado, chega à conclusão de que nessa materialização há sempre, além do trabalho *necessário,* um certo *super-trabalho* que o capitalista extorque ao proletário.

A regulamentação geral do trabalho deu a mais cabal resposta a Marx. A redução das horas de trabalho, os salários mínimos e proporcionais, a participação nos lucros, os seguros contra acidentes, as aposentadorias, as férias remuneradas, etc., correm por conta do "super-trabalho".

Hoje qualquer operário sabe, perfeitamente ,que a "mais-valia" não é produzida por êle, resultando, sim, do aperfeiçoamento da técnica, da divisão do trabalho especializado, da retenção do produto e do seu transporte para zonas de maior procura, etc., etc.

O proletário mais boçal já reconhece que o valor da produção industrial não é igual ao valor do trabalho manual. Nenhum ignora mais que aquilo que Marx denomi-

---

(*) Ensina Daniel Raymond, economista norteamericano, em seus "Elementos de Economia Política": — "A fonte da riqueza é a terra; a causa da riqueza é o trabalho". Aliás, já Adam Smith ensinava que "não se pode citar uma única indústria manufatora em que não preste a natureza o seu auxílio ao homem". Pode-se, assim, dizer que a economia racional assenta no princípio: — *A terra* é a fonte da riqueza cujo meio de exploração é o *trabalho,* do qual é instrumento o *capital.*

nou "excesso de valor" não representa lucro porque custeia a conservação e ampliação das oficinas, estipendia os chefes, os engenheiros, os inventores, enfim, o trabalho intelectual dirigente, possibilita a acumulação de matérias primas, proporciona a renovação da maquinária, a incentivação do progresso técnico, etc...

Pelo visto, o marxismo, representando, como teoria, uma colcha de retalhos colhidos em doutrinas envelhecidas, não oferece a mínima resistência à crítica, esfrangalhando-se ao primeiro contato.

## CONCEITO MARXISTA DE TRABALHO

O trabalho é a lei da vida. A natureza é uma oficina; tudo nela tem uma forma qualquer de atividade; todos os sêres, desde a minúscula célula até o mais complexo organismo, manifestam a própria existência pela ação. O corpo humano é um conjunto de órgãos que trabalham e êsses órgãos, por sua vez, são constituídos por elementos que têm funções próprias. Assim, em tudo e por tudo o homem vê cumprida a lei da vida — o trabalho — que lhe foi também impôsto na sentença: "ganharás o pão com suor do teu rosto".

Se não existem outros indícios da origem divina do homem, bastaria êsse — o trabalho — porque, sendo êle a manifestação do espírito criador, é a afirmação de que o ser humano foi moldado à imagem e semelhança de Deus. Trabalhar é criar, quer infundindo vida à matéria bruta: na obra de arte que fala aos sentidos, nas utilidades que amplificam as faculdades humanas, neutralizam a ação de elementos nocivos ou possibilitam mais fáceis triunfos na luta com a natureza hostil; quer na elocubração dos planos e projetos que perspectivam possibilidades, ou dos livros, que entesouram o saber adquirido; quer na educação que adestriza os neófitos; quer ainda no apostolado, que ilumina as consciências.

Não pensam assim, porém, os marxistas. Paulo Lafargue, por exemplo, considera o trabalho como devendo ser *"o condimento dos prazeres da preguiça"*. E é êsse, aliás, o ideal marxista alcançável, conforme prevêm os filósofos materialistas, quando os proletários conseguirem expropriar os meios de produção...

Em sua obra *"Stalin"*, Emil Ludwig atribui ao estadista russo a seguinte observação: "enquanto o sistema de classes não fôr completamente banido e *enquanto o trabalho não se tornar um prazer, porque,* agora, a maioria das pessoas olham-no como um pêso, haverá muitos que gostarão que outros trabalhem mais do que êles". (Pág. 188).

Entretanto, há divergências de conceitos entre os socialistas. Gabriel Deville, admitindo que seja o interêsse o móbil, o ponto de partida real de todos os atos do homem em suas relações com o ambiente, expõe, sôbre o trabalho, uma teoria que Marx qualifica de heterodoxa, pois se identifica perfeitamente com a concepção capitalista, sustentando que "existindo o interêsse, conseguir-se-á a execução dos trabalhos particularmente perigosos ou repugnantes, graças a uma elevação no preço da hora de trabalho. Por exemplo, estabelecendo que quatro horas dedicadas a uma destas especialidades ingratas sejam equivalentes a seis ou sete horas de trabalho simples. Além de que, não haverá nisto determinação arbitrária; a diferença que exista para um mesmo lucro, entre o tempo empregado em obras ordinárias ou trabalhos penosos, variará segundo a oferta e a procura destas últimas obras" (*Socialismo Científico*, tradução francesa resumida do *"Capital"* (Págs. 31 e 32).

Pelo que aí fica se conclui que o socialismo persiste na idéia de *lucro* variável com a *lei da oferta e da procura*.

sendo de notar que Deville foi um dos primeiros compendiadores franceses do *"O Capital"*, de Karl Marx.

Vejamos, finalmente, a opinião de Lenine, que tem mais autoridade no assunto do que qualquer outro marxista, pois não se limitou a teorizar, como os demais, tentando pôr em prática a doutrina.

São de sua obra, *"O Comunismo"*, as afirmações seguintes: "Segundo Marx, a fase superior da sociedade comunista precisa abolir a *escravidão do homem, causada pela submissão ao princípio da divisão do trabalho*, o desaparecimento da oposição entre o trabalho intelectual e o manual; o desenvolvimento total do indivíduo e a natureza das fôrças produtoras". Pouco adiante acrescenta: "mas o total desaparecimento do Estado é aquela etapa superior do progresso do comunismo, na qual desaparece a distinção entre o trabalho manual e o intelectual". E conclui com esta confissão: "Mas com que rapidez avançará êste progresso, quando chegará a etapa em que será possível destruir a *tirania da divisão do trabalho, destruir* o antagonismo entre o trabalhador manual e o intelectual e transformar o *trabalho em necessidade primeira da vida*, isso não sabemos e não podemos sabê-lo agora". (Págs. 51 e 52).

Saber, propriamente, ninguém o poderá, mas prever o retrocesso que isso causaria será possível a tôdas as inteligências medianamente esclarecidas.

Aquilo que Lenine chamou oposição e antagonismo entre o trabalho manual e intelectual jamais existiu nem poderá existir, pois o progresso testemunha que o braço, isto é, o trabalho manual, executou até hoje o que a inteligência engenhou. Os comunistas é que tentam criar essa incompatibilidade como bandeira de combate. Quanto ao

que êle denomina distinção entre um e outro trabalho, sempre houve e haverá. O trabalho manual sempre foi e será naturalmente distinto do intelectual.

No tocante à divisão do trabalho, sendo evidentemente cada vez maior a especialização, e como cada qual procura necessariamente se ocupar com o que esteja mais de acôrdo com a própria índole, vocação, fôrças, necessidades, nunca será possível abolir a divisão do trabalho. Aliás, a própria natureza exemplifica a necessidade natural dessa divisão.

Em relação, porém, com a afirmativa de que só com o advento do regime comunista o trabalho passará a ser considerado como a primeira necessidade da vida, chega-se à conclusão de que, para os marxistas, êle ainda não constitui uma necessidade premente. Tanto melhor para os tais, se o consideram como simples "condimento dos prazeres da vida". É mesmo provável que se divirtam bastante com os árduos labores da propaganda comunista a que fervorosamente se entregam, não porque sejam *idealistas*, porque isso seria trair o materialismo histórico, mas porque se distraem procurando acelerar a evolução humana...

Quanto ao resto da humanidade, continua como sempre trabalhando para satisfazer as necessidades naturais e artificiais e como nem todos podem fazer tudo, cada qual faz o que pode ou o que sabe, de acôrdo com a *lei da divisão do trabalho,* que Lenine, quando chefe de Estado, não pôde revogar porque as leis naturais são irrevogáveis.

## CONCEITO MARXISTA DE SALÁRIO

Conforme observa Gabriel Deville, "o socialismo luta pela desaparição do salário, "isso porque, no regime capitalista, a retribuição dada ao proletário não só corresponde ao valor do seu trabalho, como permite a capitalização do que os marxistas denominam *"super-trabalho"* em forma de *"mais valia"*.

De fato a indústria capitalista, em seu período áureo, fez girar, com a fôrça do trabalho, quase exclusivamente em proveito do capital, a roda da fortuna. Houve, em verdade, grande apropriação do trabalho. Modernamente, porém, as leis trabalhistas coibiram os abusos e estão equilibrando, na distribuição dos lucros, os três elementos associados: capital, técnica e trabalho.

A organização científica da indústria não oferece mais margem aos ingênuos comentários dos agentes comunistas inspirados nas utopias marxistas.

Antes de Marx, raciocinavam os socialistas: "dando cada um o que permitam as suas fôrças, receberá conforme as suas necessidades", o que seria possível se as necessidades estivessem sempre em proporção com as fôrças pessoais e se houvesse quem tivesse a faculdade de poder medi-las.

Procurando esclarecer o assunto, escreveu Lenine, no *"Comunismo"*: *"O que não trabalha não come*: êste é o princípio do socialismo quando se realiza. *Por igual quantidade de trabalho, igual quantidade de produtos,* também

é outro princípio do socialismo. Porém isto não é ainda comunismo."

Para êle, a fórmula final, quando se der a extinção do Estado, será: *"De cada um, segundo as suas aptidões, a cada um, segundo as suas necessidades."*

Num estado *utópico,* talvez seja possível a realização dessa distribuição segundo as necessidades; quando os proletários trabalharão, também, voluntariamente, conforme suas aptidões e as necessidades naturais e artificiais de cada um variarem ao arbítrio da própria vontade. Dentro dêsse sistema seria, contudo, impossível limitar o consumo dos outros e prever o que sucederia quando os produtos fôssem insuficientes para satisfazer as necessidades de todos.

Percebendo o *utopismo* doutrinário, o supracitado socialista francês limitou-se a observar: "Não se pode negar que, nesta última hipótese, se impunha uma limitação do consumo individual, baseada nas condições de existência material realizada; e que a limitação concordaria melhor com o novo modo econômico, que aquela cuja medida fôsse, não a produtividade individual, que favoreceria aos indivíduos dotados de vantagens naturais, em detrimento dos menos bem dotados, *mas sim o tempo de trabalho que, igual para todos,* garantiria a todos os trabalhadores uma possibilidade de consumo igual."

Eis aí uma das conseqüências do conceito marxista de trabalho. Marx sempre fez questão capital de determinar *o valor da mercadoria pelo tempo de trabalho*. Êsse é mesmo o fundamento da sua doutrina econômica. Nada mais aceitável, portanto, dentro da tese comunista, do que o parecer de Deville, porém, como tudo mais, é êle profundamente ilógico.

Se o tempo de trabalho fôr a medida do seu próprio valor, teremos de chegar à conclusão de que, qualitativamente, todos os trabalhos executados dentro duma unidade de tempo terão igual valor quantitativo e isto está de acôrdo com o princípio comunista de que todos os indivíduos deverão servir à coletividade conforme suas aptidões. É claro que os mais hábeis, os mais fortes e os mais ligeiros produzirão mais, dentro da mesma unidade de tempo, do que os fracos, os inábeis, os lerdos ou mandriões... Mas como o valor do trabalho será calculado apenas pelo tempo gasto e como, pelo princípio da igualdade, êsse tempo será o mesmo para todos, conseqüentemente igual será o valor do trabalho de todos os indivíduos, independentemente de suas aptidões pessoais.

É verdade que tal regime utópico não é preconizado para já, mas sim para um futuro indeterminado e isso o confessam os comunistas pela voz de Lenine: "Através de que etapas, por meio de que medidas práticas avançará a humanidade para a fase superior, isso não sabemos e nem podemos saber." (*"Comunismo"* pág. 53) Muito mais antigo, o projeto da *"República"* de Platão ainda está à espera que os habitantes de algum planeta queiram adotá-lo. Só mesmo no mundo da Lua.

Stalin declarou a Emil Ludwig: "até que as distinções de classes sejam inteiramente obliteradas, todos terão de ser pagos conforme sua eficiência produtiva ou sua competência. Esta é a fórmula marxista para o primeiro estágio do socialismo. Quando êste atingir o seu último, todos farão aquilo de que forem capazes e o trabalho que fizerem será pago de acôrdo com suas necessidades" (*"Stalin"*, pág. 188).

Qualquer pessoa medianamente inteligente chegará logo à conclusão de que êsse tão sonhado último estágio ou fase superior do socialismo jamais será realidade e, assim, para os espíritos esclarecidos, do marxismo, sob o ponto de vista da chamada questão social, resta apenas a ideologia revolucionária. Parece simples paradoxo, mas é verdade: Marx, na questão social, foi puro idealista, sonhando um ser humano perfeito, imaculado, honesto, capaz de trabalhar "só por prazer," como diz Stalin, ou, como disse Lafargue, genro de Marx: *"para condimentar os prazeres da preguiça."*

Essa doutrina, sim, é que constitui o que, com propriedade, se poderá qualificar como *"ópio das consciências fracas."* A idéia de que será possível o advento dum regime social cuja base econômica seja o *tempo de trabalho,* qualquer que seja a qualidade e utilidade da mercadoria ou serviço produzido, é semente que em cérebros incultos poderá germinar pensamentos malsãos.

O conceito de *justo salário,* aconselhado pelos economistas católicos é baseado concomitantemente no custo médio da vida, na quantidade, qualidade, natureza e necessidade do trabalho executado, de modo que o proletário possa prover a sua e a subsistência dos seus, ainda com margem para economizar.

Não há dúvida que a tendência da taxa do salário foi sempre baixar ao nível mínimo das necessidades habituais, oscilando êsse mínimo com o custo médio da vida e com o preço dos produtos e, portanto, só uma autoridade superposta ao Capital e ao Trabalho poderá fixá-la. Tal autoridade só pode ser o Estado, poder equilibrador entre os interêsses contrários.

Há, também, um outro fator — a procura da mão de obra — cuja influência perturbadora só poderá ser neutralizada pela legislação trabalhista de amparo aos desempregados e de garantia aos trabalhadores.

De modo geral pode-se dizer que a taxa dos salários variará, *acima do mínimo,* com o grau de prosperidade da sociedade, dependendo da maior ou menor procura de trabalho, cujo preço natural e cuja circulação devem ser tão livres quanto o das mercadorias.

Entretanto, convém notar que, além do salário realmente recebido, de acôrdo com as necessidades mínimas calculadas na escala do custo médio da vida, acumula o trabalhador, obrigatoriamente, a título de previdência, a própria contribuição e a do capitalista, para os institutos de aposentadorias e pensões. Mesmo deixando de lado outros benefícios assegurados aos proletários como sejam o amparo aos desvalidos e a assistência aos acidentados, à infância e à maternidade, representando todos *retribuição* ao trabalho produzido ou a produzir, bem se vê que só as aposentadorias e pensões já por si constituem continuação de pagamento, ou super contribuição por trabalho fornecido. Além disso, há a considerar as bonificações e a participação nos lucros.

Se Marx resuscitasse, morreria de desgôsto por haver endossado a velha teoria da mais-valia, ou super-trabalho, e desaprovaria o que os marxistas dizem sôbre o salário. Neste assunto, a atual organização industrial russa constitui a melhor contradição ao marxismo.

## O CONCEITO DE IGUALDADE

Um dos argumentos mais usados pelos propagandistas do comunismo é a ficção do nivelamento geral dos homens, como conseqüência da igualdade econômica. O socialismo avançado é mesmo baseado no princípio de que as diferenças entre os indivíduos são originadas apenas pelas diferenças de recursos.

Imbuído dessa idéia, o falecido escritor patrício Inácio Raposo, escreveu, à pág. 7 de sua obra *A Questão Social na Antiguidade*: "o socialismo triunfante um dia, fará, de uma vez para sempre, a igualdade entre os homens perante a natureza".

Eis a que excessos pode arrastar a paixão. Para esse autor, uma vez estabelecida a igualdade de recursos entre os indivíduos, todos seriam robustos, altos, bonitos, inteligentes, honestos, etc.... desaparecendo os fracos, baixos, feios, broncos, desonestos, etc.... Tornando-se todos igualmente ativos e previdentes.

Corroborando essa opinião, o mesmo autor afirmou que "se há homens educados e homens grosseiros, é porque a diferença de fortunas não permite a todos igual educação; é por isso que o socialismo logrará estabelecer a felicidade humana igualando a todos pela igualdade de recursos". Ao contrário disso, entretanto, é sabido que muitos homens ricos são estúpidos e grosseiros, sendo comum encontrar-se

mais inteligência e energia moral no filho do pobre do que no do homem abastado. E justamente porque os jovens de origem modesta são aguilhoados pela necessidade, são êles geralmente que alcançam os primeiros postos, em tôdas as carreiras, pois a fortuna é mãe da ociosidade. (1)

O estímulo das dificuldades foi sempre o melhor despertador de iniciativas, o maior propulsionador dos obreiros do progresso. Não foram mimados pela fortuna os mais célebres homens de arte, os cientistas mais profundos, nem os mais notáveis inventores. A mediania conformada também não enseja o esfôrço criador, o desejo de prosperar, a aspiração de melhoramento.

A impossibilidade do nivelamento dos homens constitui mesmo a garantia de que, enquanto subsistir o gerador de progresso, que é o anseio pessoal de alcançar na vida nível mais alto, já atingido por outros, não cessará a marcha ascendente da civilização.

Demais, qual a origem da desigualdade de fortunas?

Desaparecida a nobreza de sangue, a riqueza representa o triunfo dos mais capazes intelectual ou fìsicamente, sendo.

---

(1) O trabalho foi sempre um grande nivelador das classes.

A História ensina que oitenta por cento dos homens que se tornaram célebres, ou que apenas enriqueceram, não eram filhos de homens ricos.

Horácio e Esopo foram escravos, mas a sua fama sobreviveu à de seus senhores. Virgílio era filho de um cardador de lã. Kant, o grande filósofo, foi seleiro. Lamotte era filho de um chapeleiro. O pai de Shakespeare era carniceiro. O pai de Newton era camponês e o de Milton modesto escrivão. Aristides Briand era filho duma lavadeira ; Massarick, ex-presidente da Checolosváquia, descendia de um cocheiro. Os pais de Lloyd George eram tão pobres que êle presenciou, quando menino, o despejo judicial de sua casa. No Brasil, os ex-vice-presidentes da República Manuel Vitorino e Nilo Peçanha eram filhos de pais humildes e quase todos os literatos tiveram origem plebéia.

portanto, a estruturação econômica da sociedade obra da seleção natural.

A única igualdade pleiteável é a dos direitos, pois enseja a cada um colher os frutos do seu trabalho, sendo êste, naturalmente, condicionado pela capacidade física, mental e moral de cada homem.

A questão social será solucionada, no que ela tem de humanamente resolvível, com a regulamentação do trabalho e com a difusão do ensino. A primeira evitará a exploração do pobre pelo rico, assegurará os direitos recíprocos dos patrões e operários, garantirá o descanço, assegurará a aposentadoria, impedirá o excesso de esfôrço das mulheres e menores. A outra proporcionará a instrução e a educação profissional a tôdas as classes, igualizando, assim, as possibilidades.

Quanto à "igualdade absoluta entre os homens" devemos repetir que é mera fôrça de expressão, a serviço de propaganda mal intencionada, que deve ser reiteradamente contraditada, pois visa incutir na consciência das multidões humildes falsos postulados como princípios fundamentais duma organização social capaz de realizar a utopia da felicidade.

A verdade já foi posta em verso pelo nosso mavioso poeta "A vida é a luta; viver é lutar" e a sensação fugaz de felicidade, o homem só a fruirá quando sentir-se integrado na harmonia social, pois não poderá experimentá-la constrangido pela inconformação com a realidade ambiental. O descontentamento já por si é uma forma de infelicidade.

A igualdade dos direitos dilata os horizontes às ambições pessoais. Todos podem progredir; a instrução e a educação possibilitam o surto das vocações. O acesso a

tôdas as carreiras mediante seleção das capacidades, proporciona igualmente aos ricos e aos pobres elevarem-se na hierarquia funcional. As biografias dos arquimilionários iniciantes no exercício de modestíssimas ocupações e que triunfaram na vida unicamente pelo próprio esfôrço constituem a melhor prova de que a trama do destino é urdida pela ação pessoal condicionada pelos atributos hereditários.

Num magnífico estudo sôbre a "Democracia", Rodolfo Laun, depois de salientar que a "idéia de igualdade, aplicada ao direito, exige que os homens sejam, quando possível, *adstritos igualmente* à obediência jurídica", observa que qualquer que seja a natureza do Estado, além das desigualdades naturais, subsistirão as *artificiais,* inerentes aos próprios princípios estatais, mas que o Estado pode "suavizar uma parte das desigualdades naturais, por exemplo, com a educação e medidas de previdência social, em segundo lugar organizar seus serviços de maneira que as desigualdades artificiais, sem as quais não subsiste, sejam tão poucas quanto possível."

O sonho de igualdade absoluta já se dissipou no espírito do povo russo após a dura provação de tentar concretizá-la. Inicialmente, a ingênua massa que constituía o grosso do Partido Vermelho acreditava piamente que seria estabelecido igual salário e um mesmo padrão de vida, pelo menos para os servidores do Estado, tendo cada um aproximadamente a mesma ração alimentar e vestindo-se da mesma maneira. Cedo, porém, a experiência se encarregou de demonstrar a insensatez dêsse regime de salários iguais por trabalhos desiguais, tanto em quantidade como em qualidade, e hoje, na Rússia, não só os salários são proporcionais à produção, como o operário técnico goza de regalias especiais.

O restabelecimento dessa desigualdade foi o único recurso capaz de estimular a produtividade nas fábricas e nos escritórios.

Aliás, já Will Durant, em sua *Filosofia da Vida,* havia observado que "o socialismo nunca se fará realidade enquanto não admitir a desigualdade como coisa natural, e enquanto não seduzir os mais capazes com promessas de grandes vantagens." (2)

Sôbre êste assunto, porém, a doutrina da Igreja Católica difunde os melhores ensinamentos. S.S. o Papa Leão XIII lançou as bases da verdadeira sociedade cristã, quando, em sua encíclica "Rerum Novarum", escreveu:

"O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar pacientemente a sua condição; é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É sem dúvida isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão multíplices como profundas, diferenças de inteligência, de

---

(2) Os homens que conseguiram acumular grandes fortunas iniciaram suas atividades, em via de regra partindo das mais obscuras ocupações. Rockfeller começou como humilde guarda livros. Henry Ford principiou como simples operário, pobre e falto de instrução, o que não o impediu de se tornar o homem mais poderoso do mundo. Edwin C. Barnes, que se tornou sócio de Thomaz A. Edison, foi inicialmente varredor dos escritórios de Edison; hoje é multimilionário.

A propósito de alguns milionários norte-americanos, escreveu Napoleon Hill. " Em Chicago vivem seis homens poderosos conhecidos como os " Bigsix" (Os seis grandes). Êsses homens começaram a vida nas mais hulmides circunstâncias. São êles wm. Wrigley Jr., proprietério da Wrigley Cheming Gum, cuja renda se diz ultrapassar quinze milhões de dólares por ano; John R. Thompson, que possui uma cadeia de "cafeterias" espalhadas por todo o país; Lascer, que é chefe da Lord & Thomaz Advertising Agency; Cc. Cullough, proprietários da companhia Yellow Taxicab".

Aliás, dentro e fora dos Estados Unidos poderiam ser citados milhares de exemplos. Aqui mesmo no Brasil tivemos os casos de Paschoal Secreto, Matarazzo, etc, etc...

talento, de habilidade, de saúde, de fôrça; diferenças necessárias donde nascem espontâneamente as desigualdades das condições.

"Esta desigualdade, por outra face, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos. Porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas. E o que leva principalmente os homens a partilharem estas funções é, antes de tudo, a diferença de suas respectivas condições."

## O CONCEITO DE LIBERDADE

Observou Michelet que essa palavra tem tantos sentidos quantos são as nações, entretanto sempre nos pareceu injustificável a diversidade de conceituação de liberdade, porque nunca pudemos deixar de concebê-la senão como consistindo apenas no poder de satisfazer as necessidades materiais, morais ou intelectuais, sendo o desejo de satisfazer essas necessidades o verdadeiro estímulo do progresso.

Aliás, a correlação entre a liberdade e o progresso é patenteada pelo fato do anseio de liberdade de um povo ser tanto maior quanto mais elevado é o grau de sua evolução espiritual.

Justamente porque o isolamento obrigaria o homem a multiplicar esforços para manutenção de sua liberdade e, consequentemente, para a realização de suas aspirações, sentiu êle a instintiva necessidade da associação que igualmente reúne os irracionais em enxames, cadumes, manadas, etc.... Beneficiando-se, assim, da associação na igualdade de direitos, o ser humano é o agente do progresso incentivado pelo sentimento de liberdade, e, onde faltar êste, estancar-se-á aquêle.

Originado o Estado, passou a caber-lhe, precipuamente, a função de assegurar a cada indivíduo a liberdade integral confinante com a dos outros membros da sociedade. As instituições jurídicas reguladoras da tangenciação das liberdades pessoais e da expansão destas na esfera do Estado,

constituem não somente o sustentáculo do mesmo, como, sobretudo, asseguram o livre desenvolvimento das faculdades individuais, criadoras do progresso, porque a liberdade, como fator da civilização, está para o espírito, conforme o disse um pensador, na mesma relação que o oxigênio para o corpo.

Sem ela, não há virtude, saber, iniciativa. A compressão dos espíritos gera baixeza, hipocrisia, traição, obscurantismo; só ela favorece o livre desenvolvimento da estatura moral dos indivíduos e das coletividades. Somente os homens livres são cônscios de seus deveres; os povos escravizados olvidam até o conceito de soberania nacional.

A falta de liberdade na expressão do pensamento ocasiona depressão mental. O excesso de poder no campo econômico provoca retraimento. A liberdade é, portanto, a verdadeira mola propulsora do progresso moral, intelectual e material.

Esquecido de que o indivíduo é anterior ao Estado e de que a criação dêste correspondeu justamente à satisfação da necessidade de estabelecer acôrdo entre as vontades individuais, os totalitaristas pretendem imolar a liberdade humana, despercebidos de que com ela sufocam a própria civilização.

Num interessante estudo sôbre o "Comunismo entre os insetos", S. Metalnikov observou: "Uma comparação entre as organizações sociais das formigas, das abelhas e dos cupins nos mostra que elas estão baseadas no mais puro comunismo. Tudo ali é propriedade coletiva e o trabalho é obrigatório. A especialização deixa uma impressão que determina em cada membro da comunidade o curso de sua vida".

"Esta espécie de comunismo se assemelha a uma fábrica enorme onde cada operário tem um trabalho especial, transmitido de geração em geração, de maneira que, com o passar do tempo, deixa uma marca na estrutura física do indivíduo. As partes do corpo que se exercitam nesta ou naquela tarefa especial se desenvolvem mais à custa de outros órgãos que se vão debilitando até se atrofiarem. Nas sociedades de insetos os indivíduos já nascem especializados.

"Esta completa ausência de liberdade individual, de independência, de iniciativa, é uma das mais destacadas características nas sociedades comunistas. O indivíduo se converte em escravo, em peça de uma imensa maquinária, peça que pode ser desumanamente destruída a qualquer momento."

O êrro capital do comunismo e do fascismo é o de visarem a absorção do indivíduo pela coletividade, quando a existência do Estado só se justifica enquanto servir de garantia à livre expansão das individualidades.

A implantação do totalitarismo, em qualquer de suas formas, implicaria num retrocesso da civilização. Os direitos políticos e civis que equilibram as vontades indiduais dentro de cada Estado, representam o grau de perfectilidade alcançado pelo espírito humano.

Desde a declaração da independência norte-americana que os direitos naturais do homem civilizado ficaram claramente expressos. Mais tarde, em 1830, a Assembléia Nacional Francesa, considerando que a ignorância, a negligência ou o desprêzo dos direitos humanos são as causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos, decretou: "O fim de tôda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem, e êstes são a

liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão".

Para os homens livres a liberdade é o primeiro dos direitos, porque dela decorrem ou dependem todos os outros. A ninguém assiste o direito de alienar a própria liberdade, o que corresponderia a um sucídio moral; o indivíduo tem mesmo o dever de garanti-la. Essa a razão do horror instintivo que as criaturas de sentimentos bem formados sentem pelas doutrinas totalitárias que pregam a repressão da personalidade.

Mas se o totalitarismo é nocivo porque tende a anular o indivíduo, o puro individualismo que nega o Estado é absurdo porque situaria o homem na condição selvagem primitiva, antes de sentir os impulsos do instinto gregário.

Não é verdade o que disse Nietzsche pela bôca de Zarathustra: "onde o Estado cessa, surge o homem". Instituição humana, o Estado condiciona a existência do indivíduo, cuja órbita social resulta da ação combinada do centrifugismo da liberdade e do centripetismo do dever. Aliás, o equilíbrio universal das coisas, em tudo e por tudo revela a ação contrária de forças que se compensam, de antíteses que se completam, como a repulsão e a atração, o direito e o avesso, a luz e a treva, o quente e o frio, a liberdade e o dever. No seio do próprio átomo se opõem elementos contrários: os elétrons e os prótons.

Quem quiser encontrar a virtude, o que equivale a dizer, o bem, o útil, o belo, deverá seguir o sábio conselho latino: "*in medio virtus*. Não penda nem para a direita nem para a esquerda; procure o centro de gravidade das coisas e das doutrinas.

Assim, nem totalitarismo nem liberalismo, isto é, nem carência nem excesso de liberdade. O Estado ideal é o que, mantendo a ordem política e social, assegura a ordem econômica, regulando as relações entre o capital e o trabalho. Nele a responsabilidade constituirá o freio legal da liberdade e na sua rigorosa apuração encontrará qualquer regime a maior garantia tanto da própria estabilidade como da harmonia social.

## A MAIOR CONTRADIÇÃO DO MARXISMO

A interpretação econômica da história, que constitui a teoria fundamental da doutrina marxista, foi sintetizada por Marx neste postulado: "Não é a consciência da humanidade que determina a sua existência, mas, pelo contrário, a sua existência social é que lhe determina a consciência."

Fugindo à responsabilidade de resumir o pensamento do filósofo materialista, nos socorreremos do trabalho de seus mais autorizados comentadores.

Gonzalez Blanco sintetizou essa teoria com muita precisão, afirmando que, segundo ela "os fenômenos jurídicos, políticos, religiosos e também literários dependem todos do fator econômico e "que não sendo, em definitivo, tôdas as instituições e crenças humanas senão consequências das condições econômicas, nas teorias de Marx não há lugar para a justiça nem tem função alguma a virtude, nem para nada vale invocar, dentro delas, a simpatia humana e a moralidade".

Por sua vez, o socialista Gabriel Deville, tradutor de "O CAPITAL", escreveu: "A História, afirmou Marx, não é senão uma história de luta entre classes, que aparece com a vida social do homem, assenta em relações econômicas mantidas pela fôrça, e segundo as quais uns conseguem descarregar-se sôbre os outros da necessidade natural de

trabalho." "São as condições de vida material que dominam o homem; e estas condições, e por conseqüência o modo de produção, são as que têm determinado e determinarão os costumes, e as instituições sociais, econômicas, políticas, jurídicas, etc..."

Finalmente, vejamos a síntese doutrinária feita por Ernest B. Trattner: "Quanto mais se aprofundava na História, mais se convencia Marx da importância da produção econômica. Fôra esta que determinara o espírito de tôdas as épocas estudadas por êle. A vida social, política, intelectual e religiosa de um povo construía-se sôbre ela, em tôrno dela. Sendo elemento fundamental na luta pela existência, é ela que condiciona e desenvolve a consciência dos homens" e, mais explicitamente: "Era-lhe pois, evidente, que os fatôres econômicos determinavam todos os demais fatos históricos."

À primeira vista podem parecer escusadas tantas transcrições, tôdas tendentes a um mesmo fim: dar uma idéia nítida do que seja o chamado determinismo histórico, resultante dessa interpretação econômica da História. Podem parecer, mas não são, porque com os materialistas tôda precaução é pouca, sendo aconselhável ceder-lhes a palavra quando se trata de contrariar suas opiniões, pois estão sempre prontos para retrucarem que não foi bem isso que escreveram, que não era essa a intenção, que não se fizeram compreender, subterfugindo sempre por mil artifícios aos golpes da crítica serena. E tanto é assim que Ernest Trattner, autor de 'Arquitetos de Idéias', de cujo capítulo referente a Marx extraímos os trechos supra transcritos, afirmara, nessa mesma obra: "Causas econômicas e não a marcha do Absoluto, dizia Marx, é que explicam os movimentos da his-

tória. Não afirmou, como errôneamente acreditam muitos, que êste fôsse o 'único' fator."

Ora, aí está: antes de entrar na análise da teoria de Marx, Trattner declarara que êle não apresentara o "fator econômico" como sendo o "único" determinante dos movimentos da História, mas depois, quando passou a expô-la resumidamente, viu-se obrigado a apresentar a interpretação econômica da História como ela realmente foi desenvolvida pelo seu criador, dizendo, conforme já vimos:

*a*) que a produção econômica determina o espírito de tôdas as épocas e, portanto, tudo quanto êsse espírito produziu ou inspirou;

*b*) que ela condiciona e desenvolve a consciência dos homens, logo, que é o fator único da História, uma vez que a "condiciona";

*c*) que os fatores econômicos determinam todos os demais fatores históricos, e, porque êstes são por êles determinados, chega-se nêles à causa das causas, isto é, ao fator único, por ser a fonte de tôdas.

A lógica materialista manifestou sempre o cacoête das contradições: elas são mesmo inerentes à dialética marxista, não sendo, portanto, de estranhar, nem as repetidas incoerências doutrinárias nem as constantes contraditas que Marx foi obrigado a opor a socialistas, como Proudhon, Bauer, Ruge, Bakounine, Lassalle, Vogt e outros.

Não sendo esta oportunidade para opor o intelectualismo ao materialismo histórico, sustentando, com Balzac (o antigo), ser «constantemente o pensamento o ponto de partida e o ponto de chegada de tôda sociedade", nem para exbrobrar o marxismo, como o fez Augusto Comte, por pretender "desconhecer o laço que prende a atividade ma-

terial da sociedade à sua vida intelectual e moral", limitamo-nos a observar que, mesmo pondo de parte o Providencialismo de Santo Agostinho, Bossuet, Heder, Buchez e Donoso Cortês, e a visão subjetiva da História de Hegel, Michelet, Fraude e Carlyle, que esposavam a doutrina de que as idéias e os grandes homens são as únicas fontes dos fatos históricos, assinalamos que repugna não só ao bom senso lógico, como até ao simples senso comum, subordinar inteiramente a vida espiritual à influência da matéria que o próprio homem afeiçoa, sob o influxo da imaginação e da vontade.

Tentando lançar os fundamento de uma nova filosofia da história, através das páginas de seu livro "O Poder", Bertrand Russel escreveu: "Os economistas clássicos, assim como Marx, que neste ponto concorda com êles, erram ao pensar que o interêsse econômico seja o elemento fundamental das ciências sociais. O desejo de comodidade, quando isolado do de poder e de glória, é limitado e pode ser integralmente satisfeito por uma subsistência relativamente moderada." E, mais adiante, acrescenta: "Somente depois de firmado o princípio de que o desejo de poder é a causa das atividades realmente importantes em matéria social, é que se pode interpretar corretamente a história, tanto antiga como moderna." E foi isso, justamente, o que esse autor procurou fazer na citade obra.

Deixando, porém, de parte, o materialismo histórico, vejamos quanto foi contraditória a ação de Marx em relação à sua própria doutrina.

Tomando de empréstimo a Hegel sua famosa dialética, Marx procurou explicar a evolução econômica dialèticamente: "A tese, antítese e síntese processam-se do modo

seguinte: "A burguesia, ou classe capitalista, tomou a si o monopólio dos meios de produção. Com esse ato fez surgir a sua antítese, que é a classe trabalhadora sem capital. O conflito entre a burguesia e o proletariado, entre capital e trabalho, acabará por se resolver com a formação da síntese, uma sociedade sem classes."

Essa é a exata aplicação da abstrusa dialética hegeliana, segundo a qual "tudo no universo se relaciona; o que existia há um momento (tese) envolvia o seu oposto (antítese) e desenvolvia-se numa conciliação ou união (síntese)".

Hegel admitia, contudo, que a causa do movimento que caracteriza praticamente a sua dialética é o Absoluto, sendo, portanto, um processo espiritual que se realiza sucessivamente de forma mais baixa para formas mais elevadas. Marx substituiu o Absoluto de Hegel pelas "causas econômicas," as quais, segundo êle, se "movem por si mesmo" *sic* criando, assim, o que os seus prosélitos qualificam de determinismo econômico, mas, esquecido de que contestava que o "intelectualismo", representado pela fôrça das ideologias, inspirasse a História e não crendo sinceramente na dialética transformação social, tendendo fatalmente para a constituição de uma sociedade sem classes, pregou a revolução, isto é, a subversão da ordem natural das coisas que êle pretendia antever.

Dêsse modo procurou intervir no curso da História, perturbando-o sob a inspiração de suas idéias, de seus desejos ou de suas ambições, para modificar ou acelerar o tal processo dialético que êle mesmo indicara como sendo o espontâneo desenvolvimento das fôrças produtivas.

Essa atitude contraditória não recomenda o marxismo, e, talvez por isso mesmo, Marx chegou a declarar, paradoxalmente, não ser marxista.

## O MATERIALISMO HISTÓRICO

A interpretação econômica da história resulta, logicamente, da concepção materialista e utilitarista do mundo, como a interpretação psicológica deriva racionalmente da concepção idealista, expressa na Divindade ou Espírito Absoluto de que se origina o universo. Assim, enquanto segundo Hegel, a história é o desenvolvimento do Espírito, ou, conforme Bossuet, a "manifestação da Vontade da Divina Providência por meio de causas secundárias e naturais", para Marx ela tem base material e são os homens que fazem sua história sob condições determinadas.

Marx se desinteressou da origem, tomando em consideração apenas o desenvolvimento das coisas. Resumindo seu pensamento, Marx Beer expôs: "as forças motrizes da sociedade humana, que provocam as transformações do conteúdo do sentimento, do pensamento e, por conseguinte, da consciência humana, ou fazem desaparecer as diferentes instituições e conflitos sociais, não provêm, em primeiro lugar, do pensamento, da idéia, da razão, etc., mas das condições de existência material."

Essa a tese central do materialismo histórico. Assim, os sentimentos e as idéias que diretrizam a ação humana procedem, segundo êle, das condições materiais da existência. Mas donde provieram essas condições? Das forças motrizes que elas mesmas geraram? Como surgiram as primitivas condições?

Sustentam os materialistas que as necessidades nutritivas e genésicas antecederam os impulsos morais ou intelectuais. É provável mesmo que o primeiro problema da vida tenha sido o da subsistência e o segundo o da propagação. Não convém, porém, discutir hipóteses.

O que não se pode deixar de examinar é como, de que modo, pôde o homem satisfazer, desde os primeiros impulsos instintivos, essas duas necessidades primaciais. A cada problema corresponde a respectiva solução e êste importa em raciocínio. Antes de solucioná-los, o homem pensou, refletiu sôbre a maneira de satisfazer aquelas necessidades. Assim, antes de agir, o homem sentiu e pensou. Eis aí o sentimento e o pensamento antes da ação. E essa é a ordem natural das coisas. A idéia precede a ação.

Essa a origem da história. A necessidade de viver suscita as idéias e o homem pensa, reflete sôbre a melhor maneira de suprir suas necessidades.

Antes de agir, portanto, — e história é ação — o homem raciocina sôbre as conveniências e inconveniências de suas atitudes, sendo a história, em última análise, a materialização das idéias.

Eis-nos chegados ao ponto nevrálgico da questão: a origem das idéias.

Não há dúvida que a origem objetiva dos nossos conhecimentos está nos objetos, isto é, que o ato do conhecimento se baseia no que é concreto, real. Mas também é indiscutível que esse conhecimento intelectual se desenvolve em juízos e raciocínios. Ora, o juízo é ato da inteligência, constituindo mesmo o ato central dessa faculdade quando afirma a identidade ou não identidade do conteúdo objetivo das idéias. Ao juízo segue-se a operação cerebral denominada racioci-

nio, consistente em combinar conhecimentos anteriores, para chegar, dedutiva ou indutivamente, a conhecimentos novos.

Portanto, tomando em consideração a atividade mental do homem, que de modo algum pode deixar de ser levada em conta, mesmo admitindo que as necessidades primordiais da vida sejam as econômicas, disso não se pode concluir que elas condicionam a vida humana.

Os influxos mesológicos são evidentes e se, à medida que o homem se civiliza, melhormente se defende contra as influências do meio físico, dominando, em seu proveito, as fôrças naturais, em compensação cada vez é maior a influência do meio social, principalmente pelas leis e pela educação.

A história — e só o homem tem história — é ação e esta representa concretização de pensamentos, mas não de idéias primárias suscitadas pelas necessidades nutritivas.

Se o que caracteriza o progresso é o domínio de tôdas as forças pela técnica, e esta é obra da consciência humana, a história reflete a evolução da inteligência que tem lutado, em todos os tempos, contra as condições materiais. Pode-se mesmo dizer que a história universal representa o esfôrço que a humanidade tem despendido para modificar as condições da existência material.

Sustentando Marx que os homens se limitam a "exprimir as tendências e as correntes produzidas pela *base material da sociedade*", como poderá explicar o senso científico e artístico do Renascimento, como justificará as Cruzadas, a Reforma, o Islamismo?

É muito provável que Marx houvesse tentado fundamentar a doutrina que afinal não passa de simples método, mas fracassou e, por isso, não veio a público qualquer

trabalho seu com tal objetivo. A esse propósito, o seu grande admirador e biógrafo Max Beer, explica e lamenta: "Em nenhum lugar Marx formulou seu método de modo especial e detalhado; os elementos estão dispersos nos seus diversos trabalhos, principalmente no *Manifesto Comunista* e na *Miséria da Filosofia,* e visam objetivos polêmicos ou demonstrações científicas. É só no prefácio do livro *Crítica da Economia Política,* que expõe logicamente as grandes linhas da sua concepção da história, *mas de modo nem sempre feliz*".

Para os espíritos que se deixam sugestionar pelas idéias emitidas por eminentes pensadores, sem procurarem entrar no mérito das questões debatidas, seja por deficiência, seja por simples preguiça mental, é sempre conveniente contrapor aos de Marx os conceitos de outros filósofos materialistas, já que os espiritualistas poderiam ser tidos como suspeitos à corrente marxista.

Não obstante seu materialismo filosófico, Herbert Spencer, na obra *O Indivíduo contra o Estado,* opinou: "Não é preciso demonstrar que as estruturas e as ações sociais são, necessàriamente, de uma ou de outra maneira, o produto dos sentimentos humanos guiados pelas idéias, já dos antepassados, já dos contemporâneos. A conseqüência forçosa é que a interpretação dos fenômenos sociais acha-se na cooperação dêsses fatores, de geração em geração. Se casas confortáveis substituíram as choças, é porque homens desejaram aumentar o seu bem estar; as cidades também devem sua existência a estímulos dêsse gênero. O mesmo acontece com o progresso das ciências e de suas aplicações, que tornaram possível as mudanças de estrutura e o aumento das atividades sociais." (Pág. 100).

Robinet, médico e discípulo de Augusto Comte, autor dum dos melhores resumos da *Filosofia Positiva*, contestou, também, o determinismo econômico, quando explicou: "os fenômenos sociais e morais são *irredutíveis* ainda que sejam afetados por influências inferiores, cósmicas e biológicas, das quais, entretanto, *êles não resultam*" (pág. 53). Esse era o pensamento de Comte.

Do exposto se conclui que, se Marx não concebeu o materialismo histórico, conforme já o provamos noutra oportunidade, muito menos o expôs claramente ou sequer o justificou, em qualquer de suas obras, ficando igualmente claro que o determinismo econômico não passa de uma hipótese como tantas outras. E ainda há quem acredite que o marxismo tem bases científicas!...

## MATERIALISMO HISTÓRICO APLICADO

Elaborada *a priori,* isto é, não resultando da conclusão do estudo da própria História, pois é apenas doutrina de caráter puramente econômico, não houve até hoje, entre os discípulos de Marx, quem pudesse fundamentar a interpretação econômica da história.

O mal é de origem, porque as leis de tôdas as ciências foram deduzidas *a posteriori,* quer dizer, depois do estudo ou da observação dos fenômenos. É claro que em história não poderia haver experimentação e observação direta dos fatos passados, mas também é incontestável que somente de seu estudo poderá resultar sua própria filosofia. Marx usou da falsa indução lógica generalizando uma teoria deduzida do estudo particular de fenômenos econômicos.

Não obstante a excessiva admiração que tributa a Carlos Marx, Max Beer foi obrigado a confessar que: "em nenhum lugar Marx formulou seu método de modo especial e detalhado; os elementos estão dispersos nos seus diferentes trabalhos, principalmente "*Manifesto Comunista* e na "*Miséria da Filosofia*" e visam objetivos polêmicos ou demonstrações científicas. É só no prefácio do livro "*Crítica da Economia Política*" (1859) que expõe ligeiramente as grandes linhas da sua concepção da história, *mas de modo nem sempre muito feliz*". (Página 107 da "*Vida de Carlos Marx*"). Entretanto, apesar dêsse biógrafo haver acrescentado ainda que Marx se dispunha a escrever uma *Lógica*

na qual formularia com clareza a sua dialética materialista — obra essa que não levou a efeito — Lenine, no apêndice do estudo que escreveu sôbre Marx, afirmou: "A doutrina de Marx é onipotente porque é verdadeira. É completa e harmônica: dá aos homens uma concepção unitária do mundo" (pág. 112 da edição brasileira do "*Comunismo*"). Tanto não é verdadeira essa doutrina, que jamais pôde ser aplicada à História, redundando em fracassos tôdas as tentativas feitas nesse sentido. Quanto ao onipotente, só para quem não conheça o significado da palavra...

A primeira retificação foi apresentada pelo próprio colaborador de Marx: "A história de tôda a sociedade até agora existente, escreve Marx no "*Manifesto*" de 1848 (e Engels acrescentou *exceto a história da comunidade primitiva*) foi a história da luta de classes." Essa exceção corresponde a uma correção.

Mais comedido e melhor conhecedor do assunto, A. Labriola, antes de considerar a teoria marxista como filosofia, a reduz a "*um método de pesquisa e de concepção.*" (página 149) e confessa, contraditando, antecipadamente, Max Beer: "nossa doutrina não pode servir para representar tôda a história do gênero humano em uma perspectiva unitária" (pág. 148). A. Labriola chegou mesmo a corrigir o próprio Marx, afirmando: "Os antagonismos (pág. 168) constituem a *causa principal* do progresso (Marx)."

É verdade que atribui ao próprio autor da doutrina essa atenuação da afirmativa categórica de que a luta de classes é o motor da História. Mas se os antagonismos são apenas a causa principal, deixam de ser a *causa única*...

Ensina Marx que das condições objetivas da produção derivam as aspirações antagônicas das classes e que "o ideal

nada mais é do que o material transportado para o cérebro do homem e nele transformado" (prefácio da 2.ª edição de '*O Capital*'). Assim sendo, cada classe tem a sua consciência, conforme esclarece L. A. Tcheskiss: "os sentimentos e as aspirações duma classe oprimida não são os de uma classe dominante; e desde que a sociedade deve ser observada como um todo formado de grupos e classes *com psicologias diversas e, conseqüentemente, com aspirações e sentimentos diversos*, etc.... ("O Materialismo *Histórico*", pág. 165).

Agora perguntamos nós: a que classe pertenciam Engels e Marx? O primeiro indiscutivelmente foi capitalista e o segundo, salvo durante pequenas fases de atividade intelectual remunerada, foi parasita do seu colaborador. Proletários é que êles jamais o foram. Não obstante isso, porém, pensaram ou presumiram pensar como proletários. É interessante observar que Engels, o capitalista, que viveu longos anos das rendas da fortuna com que se retirou de suas atividades industriais, pôde, apesar de burguês, ser o principal filósofo do marxismo, doutrina impingida como proletária. É isso, justamente, o que salienta o tradutor brasileiro da "*Origem da Família*" quando afirma : "entre as obras de Engels figuram em primeiro lugar as suas obras filosóficas, que *influíram enormemente no pensamento do proletariado*".

Dentro da teoria marxista isso representa duplo fenômeno: o filósofo duma classe econômica influindo sôbre os membros da classe antagônica e o ideal proletário poder deixar de ser o reflexo das condições objetivas, para ser o eco da voz dum burguês...

Quando o marxismo afirma que a produção econômica — sob a denominação de *infraestrutura* — forma a base sôbre a qual assenta tôda a construção social e que os sis-

temas políticos, religiosos e filosóficos constituem a *superestrutura* da sociedade, sendo mero reflexo da *infraestrutura,* se esquece que a *infraestrutura* da sociedade na Idade Média era bem diversa da que originou o Direito Romano, a Literatura Clássica, a Filosofia e a Arte Grega. Entretanto, todos esses reflexos intelectuais da *infraestrutura* antiga refletiram então, embora menos brilhantemente, uma *infraestrutura* diversíssima, produzindo a cultura Bizantina no Oriente e o Pré-renascimento no ocidente.

O materialismo tenta explicar *"a consciência pelo modo de existência",* mas a revivescência da religião, da arte, da filosofia e do direito da antiguidade em época de diversa *"produção econômica"* prova justamente o modo de *"existência pela consciência"* — princípio oposto ao do materialismo.

É incontestável, por exemplo, que a forma jurídica da organização econômica da sociedade moderna é calcada na jurisprudência romana, não obstante serem outras as atuais relações de produção e bem diversas as forças materiais de produção em ação.

Esbarrando nessas dificuldades, A. Labriola procurou contorná-las, evitando explicações: "As coisas históricas são muito complicadas; mas *estas fórmulas gerais* bastam para indicar o estilo e o método de pesquisa que substituiu a ideologia jurídica." (pág. 225).

Fórmulas, apenas fórmulas gerais, isto é, simples verbalismo, eis a que se reduz, em última análise, o famoso método econômico. Não demonstram, porém, a sua aplicabilidade à realidade histórica. O que nem Labriola, nem outro qualquer marxista conseguiu provar, com fórmulas ou sem fórmulas, é que a moral, a arte, a religião e a ciência

são meros produtos das condições econômicas. Parolismo, puro parolismo, tudo quanto escreveram. Tôda vez que tentaram aplicar a teoria a qualquer período ou acontecimento histórico, fracassaram lamentavelmente.

O próprio Labriola se encarregou de mostrar alguns êrros de interpretação econômica da história. Com relação à origem da burguesia, assunto sôbre o qual Marx se julgava doutor de borla e capélo, escreveu o comunista italiano: "É assim, por exemplo, que o que êste *"Manifesto"* diz da primitiva origem da burguesia, derivada dos servos da idade média, incorporados, pouco a pouco nas cidades, não é geral. Êste modo de origem é próprio à Alemanha e aos outros países que reproduziram o processo. Não é nem o caso da Itália, nem da França meridional, nem da Espanha, que foram terreno sôbre o qual teve início a primeira história da burguesia, isto é, da civilização moderna" (pág. 94). Podia ter acrescentado: nem da Inglaterra. Marx estudou a formação da burguesia da sua pátria e generalizou, tirando conclusõões que aplicou, como sempre, à história geral da humanidade...

Em outro passo de sua obra é Engels quem sofre contestação, quando Labriola, referindo-se à crítica de Massaryk, confessa: "êle tem razão quando fala do *primitivismo e do simplismo* extremos, notadamente no que concerne à tentativa de Engels de narrar em algumas palavras as etapas principais da história da civilização..." (pág. 298). (1)

Os comunistas são assim: somente quando de todo não lhes é possível subterfugir, confessam, embora sempre com

---

(1) Tôdas as indicações da obra de Labriola se referem à edição francesa de 1928 dos "Essais sur Concepcion Materialiste de l'Histoire.

as restrições do costume: *"em parte"*, *"de algum modo"*, *"parcialmente"* — a inaplicabilidade das famosas fórmulas de Marx à história universal.

Não obstante isso, Labriola insiste em considerar a concepção marxista da história como "nova e definitiva filosofia da história" (pág. 95), embora reconheça, implicitamente que ela foi elaborada *a priori*, pois êle mesmo afirma ser necessário um exército de sábios para aplicar essa concepção à história.

Não é, porém, necessário tanto esfôrço. Sabe-se perfeitamente que uma filosofia do Direito, da Ciência, da Arte, assim como da Economia, não pode ser, logicamente, generalizada, e explicar tôda a história, nem, sequer, totalmente, um simples episódio histórico.

Ora, como economistas, Marx e Engels merecem respeito, pois de fato elaboraram nova crítica da ciência econômica, mas, como historiadores ou sociólogos, deram a impressão de dois homens obcecados por uma idéia fixa, tentando ajeitar na cabeça da humanidade, à guisa de chapéu, pequeníssima carapuça improvisada com um *pé de meia*...

## INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DE HISTÓRIA

Conforme a exposição sintética de Plekanov: "a idéia fundamental de Marx se reduz ao seguinte: as relações de produção determinam tôdas as relações que existem entre os homens em sua vida social. As relações de produção são por sua vez determinadas pelo estado das forças produtivas."

Pretende, assim, o marxismo, que as *forças produtivas* determinem as relações de produção e estas a vida social do homem. Vejamos, então, quais são essas forças produtivas. O próprio Marx as relacionou, segundo o resumo de Max Beer: "Essas forças são de duas espécies: materiais e pessoais. *As forças produtivas materiais* são: a terra, a água, o clima, as matérias-primas, os utensílios e as máquinas. As forças produtivas pessoais são os operários, os sábios, os técnicos, enfim a raça, isto é, as qualidades adquiridas historicamente por certos grupos humanos. "Entre tôdas as forças produtivas, os operários ocupam o primeiro lugar, pois são as únicas forças que criam valôres no mundo capitalista. O segundo lugar é ocupado pela tecnologia moderna, que constitui uma fôrça social revolucionária de primeira ordem. ("O Capital" 1.°, 12, 13 e 14. "*Miséria da Filosofia*", págs. 100 e 101) (Carlos Marx, pág. 109).

Assinalemos, primeiramente, o indesculpável esquecimento do *ar* em movimento (o vento), ou comprimido, como

fôrça material, já que falou na água, e frisemos que somente a *tecnologia moderna* — resultante do contínuo dedesenvolvimento da tecnologia primitiva — foi considerada como fôrça produtiva.

De que valeriam, porém, as forças materiais sem as pessoais? E se estas são, evidentemente, as principais, pois utilizam e valorizam as matérias, porque não dizer simplesmente, como se disse desde que se filosofa sôbre a civilização, que esta é obra do homem? Para chegar à conclusão de que o homem é o obreiro do progresso, era excusado o enorme esfôrço dialético do marxismo. Não havia quem ignorasse isso.

É conveniente, porém, examinar outros postulados da interpretação econômica da história, que foi apenas esboçada pelo seu autor. Eis os principais:

I. "Os próprios homens fazem sua história, mas não a fazem arbitrariamente e sim em certas condições determinadas".

II. "A base da história é material."

III. "Não é a consciência do homem que determina sua existência, mas, ao contrário, sua existência social é que determina sua consciência."

IV. "As concepções religiosas, políticas e morais são reflexos dos fenômenos econômicos."

V. "A história de tôda a sociedade até agora existente foi a luta de classes".

VI. "São os antagonismos a causa principal do progresso."

VII. "Todo o desenvolvimento da história da humanidade, até agora, não é senão uma seqüência de fases do *desenvolvimento dialético das forças produtivas.*"

Admitindo a existência apenas de duas classes — o proletariado e a burguesia —, pretende Marx que a instabilidade contínua da organização social seja principalmente conseqüente da luta dessas duas classes, esquecido, já se vê, que tal instabilidade foi constatada desde a mais remota antiguidade e que *aquelas classes só se constituíram modernamente*. Assim, pois, daquela explicação econômica ficaria excluída, desde logo, quer as lutas religiosas, quer as puramente políticas, como também as guerras entre povos ou raças.

Em conseqüência às críticas cerradas que lhe foram feitas, a tese central da interpretação econômica acabou se reduzindo à afirmativa de que em cada época, a realidade, isto é, a *realidade econômica, produz o ideal social*. Partindo dêsse princípio condensado do marxismo, Charles Rappoport, referindo-se à Marx, afirma: "Eis por que procura fundar a ideologia sôbre a economia. A idéia socialista deve ser *justificada pela realidade capitalista*". E conclui: "Marx combate Prondhon porque êste quer fundar o socialismo *sôbre as idéias de justiça e de solidariedade*."

Mas se a razão está com Marx, como se explica o desenvolvimento do socialismo nas épocas históricas anteriores ao surto do capitalismo? Não foi êste quem deu origem àquele que, é muito anterior. O capitalismo é fenômeno moderno. Por sua vez opina Woltmann: "O materialismo histórico tem o mesmo vício do materialismo filosófico, *pois confunde as condições com as causas*. A matéria é uma condição da manifestação do espírito, mas não é a causa. Quem compreendeu as condições da vida, da ação do nosso pensamento, nem por isso compreende a relação que existe entre estas condições e a vida mesma."

Outra tese marxista reduzida a proporções mínimas pela crítica de Woltmann foi a referente à luta de classes, quando êste autor salientou que "as classes se constituem não somente segundo seus interêsses econômicos, mas também conforme seu caráter moral. As relações entre as classes *manifestam tanto o interêsse como a moral.* Ademais, a luta de classes não é tôda a história. Existe também a luta de raças. Estas são ainda mais terríveis, mais desumanas que as das classes" e, mais adiante, lembra: "na luta pela existência desenvolvem-se necessidades e interêsses morais que são independentes das necessidades e das formas econômicas."

Aliás, são bem conhecidos os exemplos das ações dos Catões e Brutos de todos os tempos propugnando pelos seus ideais, isto é, em defesa da dignidade humana contra as condições sociais ambientes, e êles conduzem à conclusão de que um ideal de beleza, de verdade e de justiça, embora expresso em formas condizentes com a mentalidade das eras sucessivas, têm diretrizado a ação do homem através da história. Êsse ideal foi sempre o padrão de julgamento ou avaliação de tudo quanto tem podido favorecer ou prejudicar os interêsses relativos à satisfação das necessidades humanas em todos os tempos.

A verdade é que tôda vez que a realidade objetiva, por influência de condições materiais, deixa de corresponder às idéias que norteam a evolução humana ou de qualquer modo as contrariam, é violenta ou pacificamente transformada. Essas contradições entre as idéias e a realidade material, inclusive, está claro, a econômica, é que geram o movimento histórico, a mutabilidade das instituições humanas, que

Marx considera como efeito *"dialético das fôrças produtivas..."*

É de fato o ideal da humanidade, aspirando à felicidade material e moral, que motoriza a história. Essa ideal pode variar de lugar a lugar, de época a época, quanto à expressão, conforme a índole e o grau de civilização dos povos, mas substancialmente, tem sido invariável. O senso, o conceito de beleza, de verdade e de justiça podem variar e têm variado de acôrdo com as circunstâncias, mas o sentimento rudimentar primitivo tem se desenvolvido apesar de tôdas as vicissitudes materiais impeditivas.

Isso é o que se constata na reação continuada a tôdas as violências e crueldades, como as da escravidão, das perseguições religiosas e tôdas as arbitrariedades desde as dos imperadores romanos até as dos modernos ditadores. A constante vitória da razão sôbre o instinto é que tem garantido o triunfo das causas justas, apesar da conjunção de todos os elementos contrários à realização da beleza e ao reconhecimento da verdade e da justiça, porque a tendência natural do homem, e, conseqüentemente, da humanidade, é obedecer, afinal, aos ditames da sua consciência moral quando em luta contra as inclinações instintivas.

A consciência humana não pode deixar de ser considerada o principal fator histórico, quer se a pondere na atuação isolada dos heróis, qualquer que seja a acepção dada a essa palavra, quer se a considere na atuação das massas agindo reacionária ou progressivamente. Seja como fôr, qualquer sistema filosófico terá de ver no homem o único agente do progresso e o fautor consciente da história.

Considerando não só a evolução das formas econômicas, mas o aperfeiçoamento gradual da sociedade, como ex-

pressão do desenvolvimento intelectual e moral da humanidade, chega-se à conclusão de que a história, registrando as alternâncias da luta entre o instinto e a razão — assinaladas nas instituições sociais, políticas e econômicas — se desenvolve segundo invariável aspiração humana. É que, conforme ensina o velho provérbio plagiado por Augusto Comte: "*o homem se move e Deus o conduz*" pelo influxo dos ideais de beleza, verdade e justiça.

## DEMOCRACIA E DITADURA

Democracia e ditadura são palavras inconciliáveis, antinômicas. Quem diz *democracia* diz liberdade e *ditadura* é sinônimo de opressão, seja apenas moral ou também material.

Não obstante, porém, essa evidente antinomia, na introdução da edição portuguesa de *"Duas Táticas"*, de Lenine, lê-se: "a *ditadura democrática* do proletariado e dos camponeses prepararia o terreno para a ditadura socialista do proletariado." (pág. 22)

Ora, não é possível conceber o que possa ser *ditadura democrática,* nem *ditadura socialista*. Qualquer regime democrático ou socialista será incompatível com o ditatorial, porque esses regimes se repelem.

Democracia é a garantia do auto-govêrno, é livre concorrência dos espíritos e das forças morais, é, como o disse Roosevelt, "um convênio entre homens livres para respeitar os direitos e as liberdades de seus semelhantes." No conceito de Bluntschli, "democracia exprime a comunidade da nação. que se governa por si mesma, sendo governante em seu conjunto e governada nos indivíduos."

A ditadura é liberticida, é escravização da personalidade a dogmas, submissão moral e mental a um chefe, a um guia ou a um grupo dominante.

Ainda aqui se nota a semelhança concepcional dos dois totalitarismos: o comunista e o nazi-fascista. O emprêgo

da expressão *ditadura democrática* é comum aos dois regimes totalitários. Também Mussolini, em discurso pronunciado na Câmara e transcrito no *"Il Popolo d'Italia"* de 27 de maio de 1927 — caracterizou o fascismo como uma *democracia acentuada* (*democrazia accentuata*). Por sua vez, o escritor alemão Rodolfo Laun faz referência a "uma *ditadura democrática* a realizar por sua vez o princípio ditatorial, a submissão a um guia."

Observando, porém, que os totalitarismos se caracterizam justamente pela absorção total do indivíduo no Estado, em detrimento da liberdade e do desenvolvimento da individualidade e da própria dignidade humana, chega-se à conclusão de que qualquer forma de ditadura é inconciliável com a democracia, cujo princípio geral e fundamental proclama: que a vontade suprema no Estado, a competência de soberania relativa, reside no povo, na sua maioria de adultos. (1)

Aliás os comunistas não escondem os seus propósitos opressivos: "a ditadura democrática do proletariado preparia o terreno para a ditadura socialista do proletariado." A palavra mágica é — *proletariado*.

Partindo do absurdo pressuposto da divisão da sociedade em duas classes antagônicas — proletários e não proletários —, pretendem os fomentadores da Revolução Universal provocar o choque entre ricos e pobres para, promovendo a por êles prevista confusão geral, organizar a ditadura dos *sabidos*, dos que se julgam *guias*, chefes ou coisa que o valha, agindo sempre em nome *dos que trabalham*, embora êles mesmos se ocupem unicamente em preparar, à custa dos humildes, a sua própria ascensão ao Poder.

---

(1) *"A Democracia"* de Rudolf Laun. Pág. 367.

A êsse propósito escreveu Bertrand Russell: "os atuais marxistas concentraram os poderes econômicos e políticos nas mãos duma oligarquia, que se tornou, em conseqüência, mais poderosa e apta a exercer tiranias do que qualquer outra oligarquia anteriormente conhecida."

Aí se evidencia claramente o êrro do partido comunista. Comunismo, também denominado "socialismo científico", é doutrina puramente econômica. Marx foi, de fato, um grande economista, não obstante seus êrros e exageros. Como político, porém, fracassou. (1)

Já um grande socialista salientou que "socialismo é apenas uma tendência". Não é ação e muito meno ação revolucionária. A evolução econômica no sentido do socialismo se processa normalmente em leis que expressam essa tendência. É fácil constatá-la nas conquistas trabalhistas: salário mínimo; seguro contra acidentes; proteção às mulheres e crianças; férias; aposentadorias; participação nos lucros e na administração. Por outro lado, o Estado nacionaliza as minas, os transportes, as grandes indústrias e cobra avultadíssimos impostos sôbre heranças, transmissões de propriedade, lucros individuais e rendas em geral, empregando essas taxas em benefício da coletividade. Eis como o socialismo se realiza normalmente.

Como doutrina puramente econômica o comunismo não pode ser revolucionário e, quando o é, passa a ser apenas um instrumento nas mãos de homens ambiciosos que pretendem abolir a democracia para se firmarem como ditadores, servindo-se, para isso, do braço do proletariado iludido com falsas promessas.

---

(1) Escreveu o insuspeito H. G. Wells : *Posta à prova, na Rússia, o marxismo mostrou-se singularmente estéril*. (Pág. 230 da "*Pequena História do Mundo*").

Ninguém demonstrou melhor do que Edvard Benes a irreconciliabilidade entre democracia e comunismo: "A democracia, como já disse, é antimaterialista na sua essência e acredita na fôrça do espírito. Não importa que os democratas adiantados e educados, teòricamente, na filosofia e na metafísica, acreditem, afinal, no idealismo, no dualismo ou panteísmo; êles sempre procuram na sua conceção da vida certa síntese entre fenômenos materiais e econômicos. *Em contraste com os marxistas,* os democratas têm uma concepção religiosa da vida; reconhecem alguma forma do Absoluto e, portanto, reconhecem Deus. Na evolução histórica, os democratas consideram os fenômenos espirituais, culturais e religiosos tão importantes como os materialistas." (Pág. 207 da *"Democracia de Hoje e de Amanhã".*)

Mais adiante acrescenta o mesmo autor: "A idéia e a consciência fundamental de cada indivíduo deve ser, na *concepção comunista,* a consciência da coletividade social e nacional e não a consciência individual. A democracia não baseia sua teoria ou sua prática na consciência coletiva, mas na consciência do indivíduo e considera, pois, o ser humano, como fator primário e fundamental e a coletividade social e o Estado como fatores secundários." (pág. 208)

Assim, a expressão — *Comunistas na luta pela Democracia* — não é apenas absurda quanto ao sentido; revela também má fé, isto é, o propósito de causar confusão nos espíritos desprevenidos contra os *golpes baixos* dêsses mistificadores que procuram arrebanhar prosélitos seja como fôr.

## SEMELHANÇA ENTRE O COMUNISMO E O NIPO - NAZI - FASCI - INTEGRALISMO

Diferenciando a Democracia dos regimes totalitários, Rodolfo Laun salientou: "O Estado democrático é o único Estado no qual a posição efetiva dos governantes não depende por forma alguma da violência ou dos dogmas, mas exclusivamente da sua aptidão para granjear e conservar a confiança de uma maioria suficiente" e concluiu que, por isso, "pode permitir maior liberdade na luta pacífica, a livre manifestação das opiniões, a liberdade de imprensa, de associação, de reunião, etc..." (1)

Evidenciando o contraste entre êsse e os chamados *regimes de fôrça,* esclarece o autor de "A DEMOCRACIA": "Os detentores do poder no Estado não democrático não podem empenhar com sucesso a luta pelas posições, senão procurando *oprimir pela violência* tudo o que possa minar a sua fôrça física ou os dogmas em que se apóiam. Daí, no Estado não democrático, uma propensão natural para a intolerância. Em particular, os detentores do poder no Estado não democrático têm o hábito de interdizer ou limitar estritamente a livre discussão de opiniões políticas, isto é, concernentes à repartição do poder no Estado." (pág. 128)

Como se vê, no que concerne ao livre exercício da liberdade de opinião, reunião, de imprensa e de participação

---

(1) "*A Democracia*". (Págs. 120 a 130).

no poder, não há diferença essencial entre os *ismos* em que se apóiam os Estados não democráticos. Sinteticamente, pode-se dizer que a principal semelhança entre êsses regimes reside na circunstância de que todos êles sacrificam o indivíduo ao Estado e à sociedade, dêle exigindo sujeição total ao *partido único e à nação*.

Quanto à forma, observa-se algumas diferenças, mas o princípio basilar dêsses regimes é o mesmo e idênticos são os processos de dominação de que neles se servem os detentores do poder. Entre fascismo, nazismo e comunismo, havia, por exemplo, diferenças no que diz respeito à organização sindical. O Estado Italiano era corporativo, sendo tôdas as indústrias divididas em categorias de empregadores e empregados controlados pelo govêrno. A organização sindical brasileira foi inicialmente moldada na fascista e por essa razão tinha, também, caráter político.

Já no Estado nazista tanto o sindicato de empregados como o de empregadores era apenas órgão de representação profissional, tendo, portanto, aspecto puramente econômico, ao contrário do que acontece no Bolchevismo, no qual o sindicato operário é órgão de luta de classes, isto é, tem ação política, sendo mesmo organizado para a luta pelo partido proletário.

O Estado comunista é, em tese, uma organização econômica, enquanto o Estado nazista era nacional. Contudo, convém observar que ambos punham em prática a *economia dirigida*. Outra diferença apenas hipotética foi a que pretendeu estabelecer Davies: "O ideal comunista é que o Estado pode desaparecer e não ser mais necessário quando o homem tiver evoluído até chegar a uma perfeita fraternidade. O ideal nazista é exatamente o contrário, pois

coloca o Estado como fim supremo de tudo." ("Missão em Moscou", pág. 325).

De fato, Hitler admitia que "o instinto de conservação é sempre a causa da formação das sociedades humanas" e, conseqüentemente, o Estado, seja sob que forma fôr, existirá sempre, porque corresponde a uma necessidade permanente.

Já os comunistas pretendem que a existência do Estado seja precária porque corresponde, segundo pregam os seus profetas, às condições econômicas atuais da humanidade e, conforme está previsto pelo *profetismo marxista,* tempo virá em que o Estado será abolido, porque se tornará desnecessário.

Como se vê, essa diferença se baseia numa vaga hipótese de remotíssimas possibilidades que contrariam tôdas as previsões baseadas na experiência do passado e no conhecimento da natureza humana.

Em conclusão, pode-se afirmar, sem receio de contestação fundamentada, que tôdas as doutrinas totalitárias têm um fundo comum e visam igualmente, pelo menos na atualidade, a escravização do homem.

## A LIBERDADE NA RÚSSIA

Antes da última grande guerra as nações democráticas estavam ameaçadas por duas grandes opressões: a do nipo-nazi-fascismo e a do comunismo, que aspiravam dominar o mundo.

Embora temerosa a princípio, — e com tôda a razão — conforme os fatos o demonstraram, a Rússia foi obrigada, afinal, por circunstâncias inelutáveis e inspirada pelo instinto de conservação, a colaborar com as nações democráticas no aniquilamento total do totalitarismo branco. Resta agora, apenas, o vermelho, que continua mansamente a expandir seus tentáculos em todos os sentidos.

Enquanto não houver reação material, é prudente que se evidencie o perigo e se alerte a atenção pública contra os agentes dêsse internacionalismo dissolvente do sentimento de patriotismo e solapador das instituições inspiradas na defesa dos direitos do Homem.

A oposição entre as democracias e o comunismo não é somente formal, porque é, antes de tudo, filosófica, e, portanto, entre os dois regimes não pode haver aliança duradoura. Uma atração efêmera entre êles, provocada pelo interêsse comum, poderá aliá-los, como aconteceu durante a última guerra mundial, mas a recíproca repulsão ideológica é constante e irredutível.

Um regime há de forçosamente avassalar a outro, sobrevivendo provavelmente o mais capaz de promover e assegurar a felicidade humana.

Durante a trégua em que recuperam as energias perdidas na refrega na qual juntos se empenharam contra o nipo-nazi-fascismo, os povos democráticos e soviéticos reajustam suas instituições às novas condições de vida originadas pelas conseqüências da hecatombe que abalou o mundo, para depois, fatalmente, medirem suas forças, num prélio final que decidirá pela hegemonia da Democracia ou do Totalitarismo.

Essa é a questão internacional que deve ser focalizada em seus vários aspectos, para que cada um se prepare espiritualmente para tomar a posição que lhe compete numa luta em que não poderá haver neutros.

Antes do mais, portanto, cumpre a cada qual aprender com clareza o sentido filosófico da Democracia e do Comunismo, porque Democracia e Comunismo são, em essência, atitudes psicológicas. A própria concepção da vida constitui o ponto original da divergência.

Para os totalitarismos, inclusive, está claro, o comunismo, as fôrças materiais representam o elemento primordial não só na vida humana como na social. Daí deriva a teoria do Estado Absoluto identificado com a Nação e esta com o partido político dominante, que se torna, assim, logicamente, *partido único*. O indivíduo e a família têm, nestes regimes, valor relativo. Tudo é subordinado ao Estado, quer dizer, ao Partido Único, embora êste seja constituído pela minoria da população. Tôda a autoridade, todo o poder, não obstante as aparências procurem dar impressão contrária, emanam do Partido.

A Democracia, sistema político individualista, reconhecendo os direitos naturais não só dos homens, como das nações, tem como base a liberdade humana, resultando, assim, da própria concepção religiosa da vida. O Estado Democrático, instituído para tornar possível a vida em comunidade, não só não absorve o indivíduo como até lhe garante o gôzo de tôdas as liberdades.

Praticamente, quem quiser ter a noção concreta da diferença entre democracia e comunismo terá de conhecer como são respeitadas, num e noutro regime, as quatro liberdades fundamentais do homem.

I. *Liberdade pessoal* — de livre locomoção — de escolha de domicílio — de entrar no território nacional ou dele sair quando e como lhe convier — de agir como entender, uma vez que não atente contra direitos alheios ou da coletividade.

Onde é assegurado êsse direito? Somente nas nações democráticas. Em seu livro *"Missão em Moscou"*, Joseph Davies refere-se ao caso de mulheres russas consorciadas com cidadãos americanos — engenheiros, profissionais, etc. — que foram impedidas de se retirarem da Rússia quando seus esposos tiveram de regressar aos Estados Unidos. (Pág. 191) O operário russo, de modo geral, não goza de direito de escolher seu emprêgo, estando sujeito a multas e prisões no caso de abandono ou mudança de fábrica.

II. *Liberdade de palavra* — de livre expressão do pensamento, de crítica a atos públicos ou particulares. É por demais sabido que na Rússia não há a mínima liberdade de imprensa.

III. *Liberdade de reunião pacífica* — de associação para qualquer finalidade cívica, educativa, política, artística

ou científica. O Estado Soviético controla tudo. A arte e a ciência, na Rússia, são padronizadas.

IV. . . *Liberdade Religiosa* — de crença, de culto. Embora a necessidade de "união nacional" para enfrentar o perigo nazista haja determinado a necessidade de afrouxar a tenaz perseguição religiosa anterior, não se pode afirmar que o povo russo esteja reintegrado definitivamente no gôzo da liberdade religiosa, porque o comunismo, por sua essência materialista, é fundamentalmente irreligioso.

Aliás, Davies testemunhou, na obra citada, que "Muitos são os esforços que se estão fazendo para substituir o culto de Deus pelo culto do homem ou dos homens. Êste é um dos pontos mais fracos da situação." (pág. 272).

Considerando bem tudo isso, não se pode deixar de chegar à conclusão de que só o regime democrático preserva a dignidade pessoal. Os regimes totalitários — da esquerda ou da direita — são opressivos e atentatórios contra as liberdades cujo gôzo condicionam a felicidade humana.

Conseqüentemente, os indivíduos que não sintam vocação para escravos, só podem ter uma atitude na vida: serem democratas lembrando-se sempre de que nada pode haver de comum entre democracia e totalitarismo.

## FRACASSO DO COMUNISMO

Várias têm sido, através da história, as tentativas de implantação do regime comunista. Umas pacíficas, outras violentas, tôdas elas fracassaram, demonstrando a inanidade da fantasia lítero-filosófica de Platão, na *República*, de Tomaz Morus, na "Utopia", de *Campanela*, na *Cidade do Sol*, e de tantos outros que sonharam acordados com a comunidade de bens...

Os homens práticos, que tentaram pôr em obra esta quimera, muitos deles, sem dúvida imbuídos por idéias altruísticas e animados dos melhores propósitos, a ponto de alguns sacrificarem seus bens e não poucos suas vidas, malbarataram energias numa emprêsa impraticável, porque no terreno da sociologia só será possível o que fôr humano.

O instinto de socialibilidade reuniu os homens em comunidades e nestas se desenvolveram normalmente instituições como a Família, o Estado, o Direito, a Justiça, etc., que poderão sofrer e têm sofrido modificações de forma, aperfeiçoando-se, mas que tendem a se perpetuarem, porque correspondem a necessidades do agregado social e da própria espécie humana. Mais retumbante, porém, foi o fracasso do comunismo marxista implantado na Rússia em 1917. Pôsto em prática pelos mais conspícuos apóstolos do credo, a realidade objetiva da vida se encarregou de obrigá-los a repudiar um a um todos os princípios fundamentais da doutrina,

que predicavam com tão sincero ardor, e cuja prática impùseram com tão cruel entusiasmo.

Essa é uma história que convém seja exposta com sincera clareza, sem a menor intenção de crítica e muito menos de polêmica, sempre inútil.

Ninguém ignora que o comunismo marxista nega a Religião e a Pátria, visa destruir o Estado, tenta dissolver a Família, abole a propriedade privada, suprime o dinheiro, etc....

Dada a implantação do regime na Rússia, todo esse programa de demolição de instituições que os marxistas teóricos qualificam de burguesas, mas que são secularmente anteriores ao advento da burguesia, foi pôsto em prática, na Rússia. Isso em 1917.

Vejamos agora o que sucede atualmente na pátria de Tolstoi. Apenas isto: Tôdas aquelas instituições já foram restabelecidas, o que não é de admirar, pois tanto Marx como Lenine julgavam impossível instituir o socialismo num só país.

O primeiro retrocesso dos bolchevistas foi com relação ao "dinheiro", cujo uso êles chegaram a abolir. Sôbre esse primeiro recuo, escreveu Fritjoff Nansen: "O govêrno soviético intentou eliminar paulatinamente o fator dinheiro da vida econômica da Rússia. Em um Estado comunista, esse meio de troca é realmente desnecessário, pois a produção industrial socialista e a colheita dos agricultores afluem a um fundo do Estado e são por êste distribuídos entre os consumidores".

O sistema de "bônus" e de vales não deu resultado na prática e o regime do dinheiro foi restabelecido.

Mais importante retrocesso, porém, para o regime capitalista, foi o que se verificou ainda em vida de Lenine, com relação à propriedade individual, ficando a indústria particular sob o contrôle oficial. Assim, antes de 1924, ficou sem efeito a supressão da propriedade territorial e urbana, abolida no início da revolução. Conforme observa Adolf Weber em sua notável *Economia Mundial*: "Expressamente se permitiu aos lavradores, desde maio de 1932, vender seus produtos pelos preços que resultam da situação do mercado, sem sujeição aos preços da tabela. Ao mesmo tempo, foram derrogadas tôdas as prescrições referentes a taxas e impostos do mercado. Pouco depois — em julho de 1932 — foi publicado um decreto do Govêrno em virtude do qual se permitia a grupos particulares de artífices a produção e venda de artigos sob uma "base capitalista". Linhas abaixo, acrescenta êste autor: "De mais, promete o Govêrno que não se preocupará com a inversão dada ao capital adquirido por esta forma."

Em nota elucidativa, esclarece ainda Weber: "Recentes decretos restauraram parcialmente o mercado privado e, desde 1 de janeiro de 1933, foi suprimida a intervenção no trigo, limitando-se o Govêrno a adotar um tipo de "impôsto de espécie", acima do qual promete reconhecer ampla liberdade de disposição."

Considerando-se, pois, tôdas essas marchas e contra marchas do que tem sido na Rússia a projetada transformação da propriedade individual de todos os meios de produção em propriedade coletiva ou social, chega-se à conclusão de que, verdadeiramente, o bolchevismo representa apenas uma reivindicação econômica em tôrno da posse da terra pelos

camponeses. Desapareceu a aristocracia feudal russa, mas a terra continua em mãos particulares.

Ora, tôda essa marcha à ré no plano econômico desmentiu a asserção feita no programa do partido comunista aprovado, por proposta de Lenine, no VIII Congresso, reunido em março de 1920, o qual, no capítulo Agricultura, anunciava: "O poder sovietista, que "aboliu totalmente a propriedade privada do solo", tomou uma série de medidas para a organização de grandes emprêsas agrícolas socialistas."

Sôbre as questões religiosas, são dêsse mesmo programa os períodos seguintes:

"No que toca à Religião, o partido comunista não se contenta com a separação, já decretada, da Igreja do Estado e do Ensino". "O partido está persuadido de que a realização duma ordem sistemática e consciente, em tôda a esfera da atividade econômica geral das massas populares, "acarretará a extinção completa dos preconceitos religiosos". O partido deve procurar a destruição completa dos vínculos que unem as classes exploradas às organizações de propaganda religiosa, procurando a libertação real das massas trabalhadoras dos preconceitos religiosos, por meio duma propaganda anti-religiosa, de educação científica bem organizada. Mas tem-se que evitar cuidadosamente o ferir os sentimentos dos crentes, pois isto não faria senão fortificar o fanatismo religioso."

Aí está a declaração explícita de que o partido proletário, que "monopolizou inicialmente o poder", não ficou neutro na questão religiosa, tomando, ao contrário, posição de combate, visando extinguir os preconceitos religiosos, com o objetivo de realizar, quando fôsse oportuno, a transfor-

mação das igrejas em escolas, conforme em todos os tempos pregaram os corifeus do comunismo, como se os templos não houvessem sido sempre grandes focos de cultura.

Estava, assim, a cristandade ainda convencida de que o comunismo continuava hostilizando a religião, quando recentemente surgiu o livro intitulado "A verdade sôbre a Religião na Rússia", com prefácio do patriarca na Igreja Russa.

O patriarca Sérgio deu-se ao incômodo de desmentir umas tantas balelas espalhadas pelos fascistas sôbre a Igreja Ortodoxa, trabalho esse, aliás, desnecessário, pois não há quem ignore ter sido sempre a mentira a melhor arma dos nazi-fascistas. Fora da Itália e da Alemanha, ninguém acredita neles. Mas há no aludido prefácio um trecho que deve ser analisado com atenção: "Como se sabe, o tema referente à perseguição religiosa na Rússia nem mesmo antes saía dos periódicos estrangeiros. Na imprensa eclesiástica dos imigrantes, ela constitui o 'leit-motiv', mesmo na atualidade. Não se tem em vista, com isso, censurar 'quaisquer excessos, inevitáveis em todo levante de massas', mas insinuar-se que 'existem medidas oficiais sistemáticas', por parte do govêrno soviético, 'visando o extermínio dos crentes' e, principalmente, do clero."

O que os jornais estrangeiros hostis ao regime russo têm feito é afirmar que, de acôrdo com a doutrina expressa no manifesto comunista, o govêrno soviético adota medidas visando extinguir as "crenças religiosas" e não os crentes.

Mas é o corpo do livro que contém assunto de maior interêsse. Na página 136, num documento assinado por Larinov, diretor do Conselho da Igreja, lê-se: "Desde os primeiro dias da declaração de guerra, os paroquianos do

nosso templo, atendendo ao apêlo do Beatíssimo Metropolitano Sérgio, rezam fervorosamente pela vitória sôbre o "inimigo da nossa pátria", e pelos nossos soldados, que defendem a "existência e os limites do nosso país".

Logo na página seguinte, e com assinatura de uma senhora, encontra-se um manifesto patriótico, do qual transcrevemos o primeiro trecho:

"O povo russo ama fervorasemente 'sua pátria' e esse amor manifesta-se com uma intensidade maior nos atuais difíceis momentos para nosso país. Atualmente, nesta hora de duras provações, o amor à Rússia, 'nossa pátria', se acendeu com uma chama mais viva. Somente o povo, em cujo coração arde tal chama, pode defender 'sua pátria' dêsse modo e sofrer com tanta resignação tôdas as dificuldades."

Não se podendo negar crédito a tão respeitáveis testemunhas, fica-se na contingência de acreditar que o internacionalismo comunista dos sem pátria foi também renegado pelo bolchevismo russo e de tudo quanto até aqui se disse chega-se afinal à conclusão lógica de que o "comunismo fracassou completamente na Rússia".

Só não ficarão disso convencidas as pessoas desconfiadas de que essa apostasia total representa apenas hábil mistificação.

Em sua obra *O Bolchevismo na Rússia,* N. Zvorikine, escreveu: "Lenine fez variar os princípios do bolchevismo, conforme a circunstância, o que é uma grande prova que seus apóstolos não são nem fanáticos, que morrem por suas idéias, nem mesmo pessoas honestas e sinceras, que sejam capazes de reconhecer seus profundos êrros."

Por sua vez, Max Beer, em sua *História do Socialismo e das lutas sociais,* assinala que a Rússia dos soviéticos "colocou-se a serviço do movimento revolucionário da Europa Central e Ocidental," mas que "a passividade do proletariado internacional obrigou-a, no entanto e a entrar em negociações com os capitais estrangeiros."

Essas negociações se intensificaram agora com o auxílio em material bélico e para facilitá-las nada mais indicado do que a extinção ostensiva da Terceira Internacional, que se propunha a conduzir aquele proletariado internacional na luta implacável contra as instituições que caracterizam a organização econômica, social e política das nações aliadas contra os extremismos.

O art. 133 da Constituição Russa fala em "Mãe Pátria", mas o art. 143 determina que o emblema de Estado tenha a seguinte inscrição: "União dos trabalhadores de tôdas as terras". Afinal, êsse símbolo é nacional ou internacional?

Seja como fôr, porém, é indubitável que o comunismo fracassou na Rússia.

## O REGIME SOVIÉTICO-COMUNISTA

Uma das alegações mais correntes em favor do regime comunista tem sido a da rapidez do progresso russo. Êsse desenvolvimento acelerado encontra, porém, fácil explicação na observação feita por J. E. Davies: "O imenso e invisível fator que tem feito esta tarefa relativamente fácil *são os enormes recursos do país,* e o poder autocrático empregado pelos chefes. Existem indubitàvelmente enormes perdas e cometeram-se tremendos êrros, *mas isto é mínimo comparado com os recursos que tinham à mão."* (*Missão em Moscou,* pág. 83).

Guardadas as devidas proporções com relação ao estado de civilização do povo russo e aos recursos da técnica, não há, na atual aceleração do progresso russo, nenhum fenômeno atributível à influência do regime comunista, pois sob os governos também autocráticos de Pedro o Grande e Catarina II, se verificaram surtos semelhantes.

Outra alegação feita pelos propagandistas do comunismo no Brasil, entre os quais avulta o editor Calvino Filho, é a de que "o regime soviético não é totalitário, não é destrutor da liberdade humana, não é escravizador e degradador do indivíduo", conforme o afirmou esse divulgador da dou-

trina marxista em seu artigo inserto na edição de *O Globo* de 17-4-945.

Ora, justamente numa das obras editadas pelo Sr. Calvino Filho — *Missão em Moscou,* de DAVIES, — encontramos a narração do que sucedeu a Steiger, chefe do Bureau Cultural em Moscou: "Depois de almoçar levei-o a um canto e perguntei-lhe confidencialmente: — 'como passava' — em meio das *'purgas' e do terror*. Encolheu os ombros expressivamente e apontou para a própria nunca, com o dedo indicador. Tal gesto se referia, sem dúvida, à versão francamente aceita de que a execução dos criminosos condenados se realizaria não diante de um pelotão de fuzilamento e de um muro, mas nos subterrâneos da prisão Lubyanska, em Moscou. O condenado era chamado inesperadamente frente ao comandante e então, enquanto caminhava, um dos guardas, sem aviso prévio, o matava com um tiro na nuca.

"A suspeita de Steiger era bem fundada. Certa noite já adiantada a estação, fomos convidados, como hóspedes do Govêrno, para assistir, do camarote oficial, à estréia de uma ópera. Steiger era do grupo. Depois da representação, minha filha Ekay, Miss Wells, Stanley e John Richardson foram convidados pelo Barão de Steiger a passar alguns instantes ceando e descansando no 'dancing' do Hotel Metrópole. Pouco depois da meia-noite, quando estava sentado em sua mesa, dois homens, vestido à paisana, lhe tocaram no ombro e Steiger se levantou, pediu desculpas e, depois de prometer regressar rapidamente saiu. Não mais voltou e desde então nunca mais tornou a ser visto por ninguém" (pág. 72).

Isso que se passou em 1937 demonstrou claramente que o *terror* ainda não cessou na Rússia. Não é absoluta-

mente necessário recordar o quanto se escreveu acêrca do regime soviético, que, conforme o confessaram os insuspeitíssimos editores no prefácio de *Missão em Moscou* — "foi impôsto e só logrou manter-se a ferro e fogo. Tôdas as liberdades e direitos individuais, para os democratas sinceros tão valiosos e indispensáveis, foram suprimidos sem consideração de qualquer espécie." Aliás não seria necessário dizer tanto sôbre um país cuja população de cento e cinqüenta milhões de habitantes é DEMOCRATICAMENTE dominado por um partido que conta apenas três milhões de adeptos.

Realmente, não se compreende como um regime que avilta a consciência e a dignidade humana, tolhendo a liberdade de opinião e restringindo a iniciativa individual, possa deixar de ser considerado *totalitário*. Pois é isso, justamente o que afirma, apesar de todos os pesares, o editor Calvino.

Quem quiser viver na Rússia tem de se *amoldar* à forma totalitária e perder todas as características que pessoalizem a própria individualidade. Em carta redigida a 9 de março de 1937, o Embaixador Davies escreveu a Stephen Early que o seu "chauffeur" fôra abordado por um americano que obtivera a cidadania soviética, o qual lhe suplicara: "intercedesse junto às autoridades americanas para que o ajudassem a retornar ao seu lar. *Um milheiro de comunistas* veio da Áustria para aqui no lapso de tempo de 1934-35, segundo me disse o ministro austríaco, e *adotaram todos a cidadania da terra prometida,* não podendo agora sair, embora realizem todos os esforços possíveis para retornar à pátria" (pág. 93).

No paraíso soviético é assim: a entrada é grátis mas a saída é proibida. Sem liberdade de locomoção, o indivíduo é verdadeiramente escravo do Estado.

Facilmente poderíamos citar inúmeros testemunhos do que afirmamos, mas preferimos nos limitar ao do "notável e valioso trabalho, escrito por insuspeito e acatado homem público norte-americano" — no dizer do próprio comunista prefaciador do livro *Missão em Moscou*.

Outra asseveração infundada dos comunistas brasileiros, à frente dos quais se encontra o referido editor, é a de que "foi o regime soviético que destruiu, mais que outro, as poderosas e tidas como invencíveis forças fascistas, recrutadas entre todos os povos europeus." (*O Globo,* de 17-4-945).

A história da guerra ainda está para ser escrita, mas os contemporâneos dêsse acontecimento sabem perfeitamente que o exército alemão fez um verdadeiro passeio militar na Rússia, ao invadi-la pela primeira vez, só se detendo quando chegou o inverno, sendo então obrigado a paralisar a ofensiva, firmando-se em posições preparadas à retaguarda da linha alcançada na investida invasora. Na estação seguinte nova ofensiva, já em terreno mais propício à defesa russa, sendo então mais lento o avanço dos alemães, graças, sobretudo, ao heroísmo do soldado russo e ao senso estratégico de Timoschenko. A esse tempo os alemães eram enxotados do norte da África pelos inglêses, franceses e norte-americanos, os legítimos defensores das liberdades democráticas. Os russos, então já apenas defendiam o seu território invadido em conformidade com os

propósitos que Hitler manifestara em *Minha Luta* e não obstante os quais fôra assinado o pacto germano-soviético de não-agressão, em agôsto de 1939, quando a Polônia ainda não estava dominada pelos teutos. Invadida, porém, a Polônia, pelos germanos, no dia 1 de setembro de 1939, logo no dia 28 dêsse mesmo mês Molotov e Ribbentrop assinaram, em Moscou, o tratado de desmembramento dêsse país. Ainda em 12 de novembro de 1940, o Comissário dos Soviets para os Negócios Exteriores fez uma visita a Berlim.

Incontestavelmente foi essa atitude da Rússia, assegurando a Hitler uma só frente contra a Europa ocidental que possibilitou ao nazismo desencadear a guerra com tôda a eficiência.

Os dois regimes totalitários se entenderam perfeitamente bem enquanto as fôrças democráticas se batiam contra o nazismo, até junho de 1941, quando a Alemanha resolveu romper o pacto de não-agressão germano-soviético, para realização de seus antigos propósitos. Nem sequer essa iniciativa partiu da Rússia como expressão dum ato voluntário. Ela foi obrigada a aceitar a luta que lhe era imposta por Hitler.

Ameaçados, entretanto, pela invasão das fôrças democráticas norte-americanas e inglesas na Itália e na França, os alemães se viram forçados a retirar tropas da Rússia e isso favoreceu a contra-ofensiva então levada a efeito.

Outra circunstância, de grande importância, concorreu para o êxito dessa contra-ofensiva soviética. Foi a chegada de copioso material bélico na Rússia. A princípio, os chefes comunistas tentaram negar a importância dessa ajuda formidável da indústria norte-americana e inglesa, mas afirma-

ções categóricas de origem oficial deixaram bem claro que os êxitos do exército russo foram principalmente devidos ao material de guerra importado. Isso, é claro, não diminui o valor dos generais soviéticos nem constitui motivo para que se não reconheça a intrepidez do soldado russo.

Quanto ao regime soviético-comunista, porém, deve ficar bem claro que sendo êle incompatível com as liberdades democráticas, conforme os comunistas sinceros são os primeiros a confessar, deverá ser pôsto à margem, uma vez que a tendência universal é justamente a democratização da humanidade.

## O PROFETISMO MARXISTA

Partindo da tese hegeliana de "que o mundo não se compõe de objetos acabados e perfeitos, mas que se apresenta como um conjunto de processos, nos quais os objetos que parecem invariáveis, assim como seus reflexos e conceitos na nossa idéia, constituem uma cadeia sempre em transformação", chegou Marx à conclusão de que a história da humanidade não é senão uma seqüência de fases do desenvolvimento das forças produtivas, "provocadas pelas contradições, pelos choques entre as diversas forças e tendências num dado fenômeno ou no organismo de uma sociedade", conforme o resumo feito por Max Beer de uma carta de Marx a Engels.

Essa a teoria dialética da história, sem levar em conta a luta de classes. Porém, como Marx não foi nem historiador, nem filósofo, mas, apenas, revolucionário, não podia deixar de considerar, logicamente, a ação revolucionária das classes como elemento essencial da evolução.

Desinteressando-se pela *origem* das coisas, só se impressionava pelo desenvolvimento das forças produtivas e nelas chegou a diferençar as materiais das pessoais. Resumindo o pensamento do mestre, Max Beer explica: "As forças produtivas materiais são: a terra, a água, o clima, as matérias-primas, os utensílios e as máquinas. As forças produtivas pessoais são: os operários, os sábios, os técnicos,

enfim a raça, isto é, as qualidades adquiridas historicamente por certos grupos humanos (pág. 109). Depois de haver dito que "as condições de produção são um produto social", observa que as *forças produtivas* e as relações de produção entram em luta quando as primeiras se desenvolvem por efeito de progressos técnicos, aproveitamento de novas matérias-primas, etc...

Ora, não são bem as *forças produtivas* que entram em luta, e, sim, uma das forças produtivas, isto é, a principal, — o operário — que Marx identifica com a classe proletária... Assim, fica a história da humanidade reduzida a uma luta contínua entre o homem e as relações de produção (produto social), pois, conforme o credo marxista, a história não é mais do que *uma luta de classes,* isto é, entre os proletários e os detentores dos meios de produção.

Elaborada essa teoria, Marx atingira, como economista, o ponto máximo de sua doutrina. O revolucionário fracassaria, porém, se concordasse em que, para o futuro, a história se desenvolveria indefinidamente nesse mesmo ritmo. A dialética passou a ser-lhe, então, um estorvo. Mas lá estava, para salvá-lo, a luta de classes, facilitando ao materialista criar uma *ideologia* e, mais do que isso, abrindo-lhe os arcanos do profetismo.

Sendo ridículo anunciar aos povos que a história vai terminar, como qualquer romance, Marx lançou mão de um *truc,* sentenciando: a humanidade está vivendo, até hoje, na pré-história, da qual a última fase é caracterizada pelo regime econômico-capitalista.

Mas então tôda a Antiguidade, a Idade Média, os Tempos Modernos e Contemporâneos constituem apenas uma era preparatória para uma humanidade melhor e mais feliz?

Não seria de admirar que um idealista chegasse a essa conclusão, mas é de pasmar que o materialismo histórico, jactancioso de sua objetividade positiva, tenha profetizado um futuro paraíso terrenal onde o homem, livre da influência das *forças produtivas,* possa viver angelicalmente.

Quem travará a ação das forças produtivas? Não perguntamos *porque* e *para que* a evolução se há de processar nesse sentido, por ser essa pergunta inútil, uma vez que o marxismo é, prudentemente, indiferente tanto às causas e razões primárias como às finais.

Não explicando, inicialmente, a origem das forças que impulsionam o desenvolvimento material, os marxistas não levam em conta, em suas previsões, as forças produtoras que a inteligência humana poderá descobrir futuramente e as conseqüências resultantes do seu emprêgo.

É razoável que os idealistas profetizem; os materialistas, porém, atreitos às conseqüências necessárias "do desenvolvimento dialético das forças produtivas," não podem previsionar as imprevisíveis aplicações futuras das forças conhecidas e o surto de novas invenções, a menos que pretendam considerar a humanidade como havendo atingido o ponto final da civilização.

Mesmo que tudo dependesse apenas do "desenvolvimento material" e admitindo-se ainda que esse não seja mera expressão do "desenvolvimento intelectual", para prever a próxima fase histórica comunista na concepção de Marx, será necessário considerar possível a paralisação no desenvolvimento material, para conceber-se a consolidação de um regime social caracterizado pela estagnação, isto é, pela parada do *processus* evolutivo...

## OS DOUTRINÁRIOS DO EXTREMISMO

De tôda a copiosa obra de Gustavo Le Bon, não obstante o grande valor dos seus estudos sôbre as civilizações orientais e a profundeza das suas investigações científicas, sempre tivemos preferência pelos seus originalíssimos trabalhos sôbre psicologia e dentre êstes o que maior impressão nos deixou foi a *Psicologia do Socialismo*.

Nesse livro, com cêrca de quinhentas páginas, o sociólogo e psicólogo francês analisou tão minudentemente o assunto que mereceu do socialista Georges Sorel a afirmação de ser "o trabalho mais completo publicado em França sôbre o socialismo; êle merece ser estudado com a maior atenção, porque as idéias do autor são sempre originais e eminentemente sugestivas".

A obra é antiga, mas o assunto é atual e nela nada envelheceu; dá mesmo a impressão de ter sido escrita para os nossos dias e para o nosso meio, merecendo, por isso, que os seus ensinamentos sejam reiteradamente expostos, mesmo porque, na contra-propaganda aos extremismos, devemos empregar os elementos de persuasão aconselhados pelo autor: a afirmação, a repetição, o contágio e o prestígio.

Repitamos, portanto, em todos os tons, as afirmações de Le Bon, cujo prestígio intelectual é inconteste e assim praticaremos a propagação pelo contágio.

Completando a observação de M. de Laveleye de que o que mais contribui para o progresso do comunismo é a sua disseminação nas classes elevadas e instruídas, Le Bon apresenta como causa dessa propagação o contágio das crenças em moda, o medo e a indiferença.

A propaganda pelo contágio é evidente entre os literatos e artistas que se deixam arrastar pelas idéias correntes e passam a contribuir, por sua vez, para engrossar a caudal.

Muito embora em quase sua totalidade esses literatos e artistas sejam incapazes de definir precisamente o que seja socialismo, em suas múltiplas modalidades, êles contribuem quase inconscientemente, mas com empenho, para a maior difusão de princípios que lhes proporcionam o ensejo de poderem ser tidos como arautos de um credo capaz de conduzir a humanidade ao reino da justiça e da felicidade.

O medo, que age mais fortemente sôbre a burguesia, em cujo seio as tendências socialistas estão já mais pronunciadas do que nas classes populares, se manifesta nessa irresolução espectante com que ela contempla o duelo de morte travado entre o espiritualismo e o materialismo, esquecida de que a sua indecisão poderá acarretar conseqüências irreparáveis...

A terceira das causas é a indiferença cética que, segundo Le Bon, "é a grande moléstia da burguesia moderna."

Esse estado de torpor mental, de letargia moral, está em chocante contraste com a pugnacidade com que uma insignificante minoria de ambiciosos audazes se esforça em derruir os alicerces da sociedade que a burguesia poderia defender com vantagem, se não estivesse com o instinto de conservação embotado.

Todos quantos têm estudado a psicologia dos doutrinários, recrutados, em sua maioria, entre os egressos das

→ PARECER IDÊNTICO AO DIAGNÓSTICO DADO PELO DR. JOSÉ DA GAMA E CASTRO, LÍDER MIGUELISTA, NO LIVRO "O NOVO PRÍNCIPE: O ESPÍRITO DOS GOVERNOS MONÁRQUICOS", PP. 337 E 338



universidades, essas "usinas de degenerescência" — no dizer de Taine, reconhecem que tais semi-sábios raramente podem ter uma visão clara das realidades da vida, pois em via de regra não têm outros conhecimentos além dos hauridos nos livros e desconhecem, por isso mesmo, as condições que tornam possível a existência de uma sociedade.

Denunciando-os como os mais ativos agentes de propaganda das idéias extremistas, Le Bon observa com justeza que o semi-sábio descontente é o pior dos descontentes e que dêsse descontentamento se deriva a freqüência do socialismo entre os professôres mal pagos, advogados sem causa, escritores sem leitores, farmacêuticos e médicos sem clientes, diplomados sem funções, que sob a pressão do egoísmo pessoal, vivem almejando uma transformação social que lhes seja proveitosa, como se pudesse subsistir qualquer sociedade que tentasse a reabilitação de todos os fracassados na vida por falta de capacidade funcional.

O caso dos professôres é típico.

Não só na França como na Argentina, conforme constatou R. Napal, o magistério é campo onde o socialismo prolifera com mais facilidade.

Agentes destruidores, pela difusão dêsse anarquismo intelectual que corrosivamente desgasta a fibra moral da mocidade, êsses doutrinários constituem um perigo social a ser combatido por todos os meios onde quer que se manifeste.

→ MONSENHOR DIONÍSIO R. NAPAL, VIGÁRIO-GERAL DA MARINHA ARGENTINA, AUTOR DO LIVRO "O IMPÉRIO SOVIÉTICO"

## O PERIGO COMUNISTA

A tendência expansionista do marxismo, característica do messianismo judaico de Carlos Marx, encontrou no messianismo russo o mais adequado instrumento de propaganda para a internacionalização da doutrina. Essa a razão psicológica pela qual o comunismo apostoliza, catando adeptos seja onde fôr, numa ação proselítica incoercível porque é imanente à doutrina e ao espírito russo.

Conforme observou alguém: "razões de tática e de maquiavelismo político" poderão mascarar a propaganda internacional, mas essa, com ou sem órgão responsável conhecido, não terá jamais solução de continuidade, por fôrça da própria natureza da doutrina. Focalizando o assunto, Jacques Maritain ressaltou o caráter religioso dessa propaganda: "O comunismo é tão profundamente, tão substancialmente uma religião — terrestre — que êle ignora ser uma religião" e, mais adiante, esclareceu: "é o espírito de fé e de sacrifício, são as energias religiosas da alma, das quais êle necessita para subsistir, que o comunismo procura drenar em proveito de sua obra." *Humanismo Integral*, págs. 48 e 49 da ed. de Fernand Aubier).

Parece paradoxo, mas é verdade inconcussa: o misticismo ateu dessa doutrina materialista só encontra apoio espiritual na idéia religiosa da comunhão universal. Essa condição de expansibilidade é que possibilita a ação das

causas materiais invocadas pelos doutrinários que só enxergam a aparência das coisas sem perceberem a razão do relativo êxito de sua predicação.

Precavenham-se, por isso mesmo, as criaturas de boa fé, contra a influência do messianismo russo, tão bem encarnado em Tolstoi, Gorki, etc., simbiosado agora com o messianismo judaico de Marx.

O paneslavismo foi sempre o maior sintoma dêsse messianismo que inspirou a Dostoiewski a afirmação de que "a missão do homem russo é incontestavelmente européia e mundial".

Alertando os incautos, a contra-propaganda deve evidenciar-lhes o internacionalismo e o revolucionarismo marxista. Por isso mesmo convém expor suas idéias com a própria expressão dos sectários dessa doutrina.

Exporemos, primeiramente, a opinião de Max Beer, biógrafo de Marx, o qual, referindo-se ao mestre, escreveu: "Dividia a humanidade em classes antagônicas e pensava que a linha de demarcação econômica devia mostrar-se mais forte que as fronteiras nacionais e políticas. *E isto porque era profundamente internacionalista*. Marx queria que os partidos operários agissem internacionalmente, desde que aparecesse a possibilidade de derrubar a dominação capitalista" (*Carlos Marx, sua vida e sua obra,* pág. 136, da ed. Calvino).

Aí está esquematizada a atitude internacional do marxismo. É claro que os fatos se encarregaram de opor formal desmentido aos doutrinários.

Tôdas as guerras ocorridas após o falecimento de Marx provaram que, dentro de cada nação, as classes sociais ou econômicas, se amalgamaram para a defesa comum

das fronteiras nacionais. E dentro de cada nação, essas mesmas classes estiveram sempre unidas na defesa de princípios políticos.

É que aquêle antagonismo entre burgueses e proletários existe apenas no *terreno econômico* e o êrro marxista consiste justamente pretender considerar a vida humana exclusivamente subordinada aos interêsses materiais imediatos.

Como doutrina internacional e contrário à idéia de pátria, o comunismo constitui um perigo, porque é dissociativo, é desintegrante, é dissolvente. O conceito de pátria se fundamenta primeiramente na comunhão de sentimentos, de idéias, de tradições, de língua, sendo incompatível com a concepção econômica de internacionalismo marxista. Entre essas idéias antagônicas não pode haver harmonia. Elas se repelem, mesmo porque o caráter revolucionário do comunismo não permite qualquer acomodação.

Êsse é o segundo e maior perigo do marxismo como método de ação.

O célebre "Manifesto de 1848", preconizando a ditadura do proletariado, termina ameaçadoramente: "Os comunistas não cuidam de esconder os seus propósitos nem o seu objeto e declaram abertamente que não podem alcançar êsse objeto senão derribando por meio da fôrça tôda a ordem social existente. *Tremam as classes dominantes ante a revolução comunista que se prepara.* Nessa revolução os proletários não têm que perder mais do que as suas cadeias e têm a ganhar todo um mundo".

*"Proletários de todos os países, uni-vos"!*

Eis aí a ordem de comando de Marx e Engels ao proletariado internacional. Muito mais tarde escrevia Lenine:

"a luta pela revolução socialista internacional é impossível até que não se reconheça o direito de todos os povos de dispor de si mesmos" (*Comunismo,* pág. 74 da ed. Adersen).

Essas palavras do ditador russo revelam claramente não só o objetivo final da revolução socialista internacional como sobretudo explicam por que os comunistas lutaram pela vitória das nações democráticas contra o totalitarismo nazista e fascista, que se organizaram para combater o totalitarismo bolchevista.

O fato de ter sido ostensivamente dissolvida a Terceira Internacional não tem a mínima importância. Mera "manobra tática de maquiavelismo político"...

A revolução internacional continua a ser pregada abertamente e o proletariado incitado a realizar violentamente a "expropriação econômica da burguesia".

Enquanto isso, a própria Rússia comunista bate-se pelo restabelecimento das liberdades democráticas nos países cujos povos continuam oprimidos pelas outras ditaduras.

Entretanto, o próprio Lenine confessou: "Quando estamos aniqüilando a burguesia, só os traídores e os idiotas podem reclamar que se conceda aos burgueses a igualdade de direitos" (*Comunismo,* pág. 131 da ed. de Adersen).

Não há dúvida que a ditadura é coerente quando monopoliza a "igualdade de direitos" para a classe dominante, mas conseqüentemente não podem os comunistas estranharem que a "democracia burguesa" não reconheça aos comunistas o direito de a destruírem ou, sequer, de pregarem a sua destruição. O dever precípuo da "democracia burguesa", se quiser subsistir, é defender-se, impedindo a propaganda comunista, ou, pelo menos, opondo doutrina contra doutrina.

A tolerância com idéias subversivas que inspiram ostensivamente a revolução proletária é manifestação de displicência ou covardia. Cabe às democracias imitar o estado totalitário russo, que não admite propaganda contrária aos princípios estatais. Não é apenas um direito que lhe assiste, é dever, que lhe dita a necessidade de sua própria conservação.

Ninguém se iluda com a atual atitude do bolchevismo em relação ao movimento internacional comunista. Convém ter sempre em mente a advertência de Spengler, ao referir-se ao *bolchevismo ocidental* "Quando se destrói as suas organizações de combate, continua vivendo em outras formas, *como esquerda* do partido que crê havê-lo vencido, *como mentalidade* sôbre cuja existência indivíduos e massas inteiras podem equivocar-se profundamente, ou *como movimento* que, um dia, de repente, explode em forma organizada". (*Anos de Decisão", pág. 162).*

Eis aí o perigo oculto, desvendado em suas três formas mais comuns: nas esquerdas dos partidos democráticos, na mentalidade deformada de alguns indivíduos e no movimento subterrâneo das células comunistas.

Disporá a Democracia de alguma organização defensiva contra a ação dêsses agentes? No Brasil, por exemplo, ela não existe e em nenhum outro país se faz sentir melhor a necessidade de sua existência.

Considerando não só a doutrina, mas sobretudo a atitude marxista, é incompreensível qualquer tolerância com tal propaganda, a qual, conforme a recomendação de Lenine: "Deve ser levada até as aldeias mais longínquas, explicando ao pobre aldeão o contraste que existe entre o rico e o pobre, *contraste que é a fonte de nossa fôrça"*. (pág. 83).

Realmente o único argumento convincente, para as massas incultas, é a prometida expropriação dos ricos, a extinção das classes sociais, a conquista do poder político pelo proletariado. E, pelo conseguimento dêsse objetivo, esclarece o próprio Lenine: "é coisa que não se faz com enfraquecimentos nem debilidades, porém com revoluções violentas, como se tem feito desde que o mundo é mundo. A necessidade de impor sistematicamente às massas trabalhadoras êste ponto de vista exclusivo da revolução violenta forma a base dos ensinos de Marx e de Engels". (pág. 29).

Será que a sociedade burguesa está insensibilizada a ponto de não sentir que os ratos já a estão roendo? Causa pasmo a sencerimônia com que os adeptos de Moscou inundam as montras das livrarias com a lama de suas elucubrações literárias e pseudo-científicas.

A Igreja tem sido a única instituição internacional realmente empenhada na contra-propaganda e esta não se tem restringido apenas aos círculos católicos. De Roma vieram até as soluções da questão social, quando os papas Leão XIII e Pio XI bosquejaram nas suas encíclicas *"Rerum Novarum"* e *"Quadragesimo* ano" os lineamentos das leis trabalhistas que equilibram os direitos e deveres recíprocos do trabalho e do capital. A literatura católica é abundante em provas de que do seio da Igreja partiram as sugestões para o restabelecimento do "salário mínimo", para a concessão do "abono família", para a organização das associações profissionais, etc...., enfim, para o crescente melhoramento das condições de vida dos proletários.

Entretanto, para oferecer eficaz resistência e contrabater a tenaz ofensiva marxista, urge que instituições

laicas também se mobilizem em defesa da estrutura social cujas bases vêm sendo solapadas pela insidiosa propaganda comunista.

Opondo doutrina contra doutrina, a contra-propaganda deve levar mesmo aos próprios arraiais comunistas o eco da verdade na voz da razão, demonstrando que a teoria marxista é fundamentada em sofismas e paradoxos.

Que os brasileiros de boa-fé não olvidem nunca a observação de René Gonnard: "o bolchevismo não perde de vista o seu fim, ainda quando parece afastar-se dêle momentâneamente".

Urge a organização duma instituição de caráter particular, sustentada pela própria burguesia, contra a expropriação recomendada pelos comunistas, pois estamos diante dum dilema: ou as classes sociais conservadoras se defendem ou perecerão covardemente.

## OS COMUNISTAS E A RELIGIÃO

Com êste mesmo título está tendo ampla circulação a edição barata dum minúsculo panfleto, — assinado pelo secretário da seção brasileira do Partido Comunista, — cujos últimos períodos são os seguintes: "o que aconteceu na U.R.S.S. é que, em virtude da igreja ter sido um prolongamento do Estado tzarista, havia um número excessivo de igrejas e muitas delas tiveram de deixar de funcionar em virtude da *falta de crentes para sustentá-las.* Eram os próprios moradores dos bairros que pediam ao govêrno que transformasse os templos vazios em escolas, hospitais, creches, etc. *Perseguição religiosa jamais houve na U.R.S.S.*"

Tomem nota dessa afirmação categórica e vejam como ela foi formalmente desmentida por escritores insuspeitos aos comunistas.

Na edição popular da célebre obra *O Poder Soviético,* da autoria do Deão de Canterbury, lê-se: "A religião na Rússia, nos tempos pré-revolucionários, era considerada pelos pensadores liberais e progressistas e pelos trabalhadores como um inimigo perigoso. É ainda encarada com sérias suspeitas e, *onde não é aberta e vigorosamente atacada,* é desencorajada e dificultada. *Nos primeiros dias da Revolução, tanto os bons como os maus foram martirizados por sua fé* (pág. 280).

O professor e escritor russo Pitirim A. Sorokim, chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Harvard, esclareceu bem o assunto: "Com o devido respeito ao patriarca Sérgio, os fatos da perseguição *são tantos e tão bem confirmados*, que não podem facilmente ser anulados pelo relatório do ainda chefe da Igreja Russa. Eis alguns fatos. A maior parte das construções da Igreja e, praticamente, tôdas as outras propriedades eclesiásticas (incluindo-se prata, ouro e objetos valiosos do ritual) foram tomadas pelo Govêrno, *apesar do protesto dos paroquianos* que haviam concorrido para as construções das igrejas e compra de seus pertences".

"Vários dos nossos colegas da Universidade de Petrogrado e vários dos nossos amigos e pessoas de nossas relações foram executados, simplesmente por *causa de sua ativa participação nas atividades religiosas*: êles não tinham a mais simples conexão com qualquer trabalho contra-revolucionário. Estatísticas exatas destas vítimas não são avaliadas, porque, durante o período destruidor da Revolução, execuções foram feitas em larga escala (cêrca de 5.000), que ninguém se recorda, sem consternação, do número das *vítimas da perseguição religiosa,* incluindo-se, pelo menos, 28 bispos e 129 padres, para nada dizer sôbre os milhares de crentes".

"Consideraremos, além disso, a propaganda ateísta, conduzida pelos líderes comunistas influentes e oficialmente sancionada e financiada, feita por meio de dezenas de jornais e revistas, ridicularizando, satirizando Deus, Cristo, a Virgem e todos os valores básicos da religião, com os têrmos mais desregrados e virulentos" (*Rússia e Estados Unidos,* págs. 118, 119 e 120).

Do extenso e minucioso relatório final enviado pelo Embaixador dos Estados na U.R.S.S., Joseph E. Davies, ao secretário de Estado, consta a seguinte observação: "*Ausência de religião*: — Muitos são os esforços que se estão fazendo para substituir o culto de Deus pelo culto do homem ou dos homens. Êste é um dos pontos fracos da situação" (*Missão em Moscou*, pág. 272).

Ainda a êsse propósito, Emil Ludwing consignou, em seu livro *Stalin*: "Quando os Soviets tentaram banir Deus, não poderiam ter encontrado um melhor substituto do que o novo Estado, que se tornou o foco das emoções da mocidade" (pág. 167).

Centenas de escritores se ocuparam com a terrível perseguição religiosa na Rússia e sôbre êsse fato histórico não pode haver a menor dúvida.

Que crédito merece quem nega a verdade?

Demais, a perseguição religiosa na Rússia — quer a desencadeada violentamente, quando se deu a implantação do regime soviético, quer a exercida veladamente, na fase atual de propaganda internacional — constitui natural manifestação da velha luta entre o materialismo e o espiritualismo. Desde que o comunismo considera o fenômeno religioso como expressão duma infra-estrutura econômica — que êle pretende subverter — entra em conflito com quem atribua supremacia às fôrças espirituais. Jamais se poderão conciliar essas duas atitudes mentais antinômicas, principalmente quando houver intolerância.

## A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA

Constatando o fracasso do *liberalismo* na solução da questão social e avaliando o perigo que representa a ação do *socialismo dissolvente,* a Igreja principalmente pela palavra de Leão XIII e Pio XI, respectivamente através das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo* Ano, esta complementando aquela, resolveu diretrizar a cristandade no rumo seguro, traçando as bases duma verdadeira *ciência social católica.*

Inicialmente, para evitar confusões aos neófitos, cumpre advertir que Pio XI esclareceu: "Socialismo religioso, socialismo católico, são têrmos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista" porque, conforme pouco adiante frisou: "o socialismo concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã".

Exporemos apenas os principais tópicos da doutrina social católica.

*O indivíduo e o Estado* — A Igreja Católica é radicalmente contrária aos regimes totalitários porque êstes se caracterizam, justamente, pela absorção do indivíduo. Sustentou Leão XIII que "o Estado é posterior ao homem e antes que êle pudesse formar-se já o homem tinha recebido da natureza o direito de viver e proteger sua existência". Por sua vez "a família, isto é, a sociedade doméstica, é an-

terior a tôda a sociedade civil". Baseado nessa anterioridade e na própria finalidade do Estado, o autor da *Rerum Novarum* conclui: "E se os indivíduos e as famílias, entrando na sociedade, nela achassem, em vez de apoio, um obstáculo, em vez de proteção, uma diminuição de seus direitos, dentro em pouco a sociedade civil seria mais para evitar do que para procurar".

Assim, o Estado que usurpa as atribuições dos cidadãos, cerceia atividades úteis, viola o direito de propriedade individual e anula a autoridade paterna contraria as leis naturais e se torna instrumento de opressão do homem, para bem do qual fôra criado, pois, conforme o disse o referido sumo pontífice: "a sociedade civil foi instituída para proteger o direito natural, não para o aniquilar".

Advirta-se, porém, que a Igreja reconhece a necessidade e a importância do Estado, recomendando respeito e obediência aos homens que governam, os quais, conforme afirma o Papa Leão XIII, "devem ter a preeminência em tôda a sociedade e ocupar nêle o primeiro lugar, pois êles trabalham diretamente para o bem comum". Aliás, a Igreja sustentou sempre o princípio da autoridade.

Entretanto, cumprindo ao Estado servir ao bem comum, protegendo os indivíduos e as famílias, assegurando os seus direitos, propiciando a prosperidade pública e particular, resultante do desenvolvimento das indústrias, da agricultura, do comércio e da cultura geral, só corresponderá aos seus fins se visar precipuamente assegurar a felicidade dos cidadãos, pois todo progresso tem como fonte a iniciativa individual.

*Desigualdade das condições sociais* — S. S. o Papa Leão XIII mostrou claramente a origem dessas desigualda-

des: "Contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, ralmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão multíplices como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de fôrça; diferenças necessárias, de onde nasce, espontaneamente, a desigualdade das condições".

Justamente dessa diversidade de condições naturais resulta a possibilidade de repartir os indivíduos pelas atividades de caráter social em conformidade com as suas respectivas capacidades. Se todos fôssem, igualmente, capazes de tudo, ninguém quereria se submeter aos trabalhos mais árduos e aos afazeres menos importantes.

Interessante é observar-se que justamente os adeptos da *"seleção artificial"* para o investimento em cargos públicos sejam os primeiros a negar a imperativa "seleção natural" das capacidades e insistam no êrro de se referirem à inexistente *igualdade natural dos homens*. Aliás, êles bem sabem o que fazem, quando assim falam às massas incultas...

*Trabalho e propriedade* — Enquanto a Igreja defende a inviolabilidade da propriedade privada, o comunismo excita o ódio invejoso dos pobres contra os ricos, pregando a supressão da propriedade dos bens particulares.

O comunismo pretende que tôda a propriedade deve ser comum e administrada pelo município ou pelo Estado, encarregados, também, de repartir as riquezas e suprir as necessidades individuais. Isso acarretaria um totalitarismo absoluto, no qual o indivíduo se veria absorvido pela coletividade. Somente homens automatizados, sem o mínimo senso de personalidade, se submeteriam, indefinidamente, a tal regime.

A Igreja, distinguindo a dupla espécie de domínio, que chama de *individual e social*, explica, pela palavra de Pio XI: "Negar ou cercear o direito de propriedade social ou precipita no chamado *individualismo* ou dêle muito se aproxima, assim, também, rejeitar ou atenuar o direito de propriedade privada ou individual leva rapidamente ao *coletivismo* ou pelo menos à necessidade de admitir-lhe os princípios".

No que diz respeito ao trabalho, cada indivíduo deve ter respeitado o duplo direito de empregá-lo como o entender e de perceber justa remuneração. Conseqüentemente, quando o trabalho fôr maior ou mais produtivo e a remuneração correspondente exceder as despesas necessárias ao próprio sustento, é justo que as sobras ou economias constituam um patrimônio pessoal e passem, sob a forma de *trabalho acumulado,* ou *capital,* a constituir propriedade privada.

Essa a origem lícita dos bens móveis ou imóveis, cuja expropriação preconizada pelo comunismo representa evidente espoliação.

A comunidade de bens, de mulheres, de filhos, consoante o comunismo platônico, só se coaduna com a vida puramente instintiva dos animais. O homem reflete, raciocina e, prevendo as necessidades pessoais futuras, procura naturalmente reter a posse dos meios que lhe facilitarão satisfazê-las.

Eis aí a dupla origem da propriedade: a origem social, pelo trabalho; a origem natural, pela retenção dos elementos indispensáveis à subsistência. A propriedade resulta, portanto, duma lei natural e as leis naturais expressam a vontade de Deus, também revelada no décimo mandamento do Decálogo.

E como foi o homem, já proprietário, que constituiu o Estado, para, com a associação de esforços, melhormente

manuter-se e, também, porque quando criou a sociedade civil, já vivia em sociedade doméstica, não deve o Estado, expropriando a propriedade privada, abalar os alicerces familiares. Com a propriedade e a família, cairá o Estado e é isso o que visa o comunismo.

A Igreja não só reconhece a propriedade particular como até recomenda, pela voz de Leão XIII, que ela "não seja esgotada por um excesso de encargos e impostos", preconizando mesmo a incentivação da atividade popular com a perspectiva da sua participação na propriedade do solo, porque, como disse S. S.: "o pensamento do que trabalha em terreno que é seu redobra o seu ardor e a sua aplicação".

*Sistema econômico* — A Igreja não recomenda a adoção nem do sistema de *economia particular* nem a chamada *economia dirigida*. O primeiro é excessivamente individualista; o segundo é totalitário. Entre os dois, o meio têrmo é representado pela denominada *economia orientada*.

A doutrina católica pode ser entrevista em trechos da encíclica *Quadragésimo Ano*: "A livre concorrência, ainda que dentro de certos limites seja justa e vantajosa, não pode de modo nenhum servir de norma reguladora à vida econômica". E pouco mais adiante, referindo-se à *necessidade dum princípio diretivo,* acrescenta: "A prepotência econômica, que sucedeu à livre concorrência, não pode ser; tanto mais que, indômita e violenta por natureza, precisa, para ser útil à humanidade, de ser energicamente enfreda e governada com prudência; ora, não pode enfrear-se nem governar-se a si mesma". A *economia orientada* é que comporta soluções satisfatórias.

*Luta de classes* — Ao contrário do que ensina o comunismo, os ricos e os pobres não constituem classes *natu-*

*ralmente* inimigas. No conjunto social elas se completam, sendo, portanto, funesta qualquer desarmonia entre as mesmas. A Igreja sempre tentou reconciliá-las, conforme o afirmou S. S. o Papa Leão XIII: "lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça".

Aliás, a conveniência de estabelecer a harmonia entre ricos e pobres, isto é, de manter o equilíbrio estável entre as *desigualdades naturais* das classes, não é puramente de caráter religioso e já fôra evidenciada, na antiguidade clássica, aos plebeus romanos, por Menênio Agripa, no célebre apólogo dos "*Membros do corpo humano revoltados contra o estômago*".

A Igreja condena as greves e, no caso de choque de interêsse das classes, reconhece ao Estado o dever de intervir, restabelecendo a harmonia por efeito de leis assegurando os direitos e coibindo os abusos. E justamente porque a classe rica tem menos necessidade da tutela do Estado e pode tentar abusar do seu poder, cabe à autoridade pública, no entender de S. S. Leão XIII, "subtrair o pobre operário à desumanidade de ávidos especuladores, que abusam, sem nenhuma discreção, das pessoas como das coisas".

Quanto aos casos em que não convenha a intervenção dos poderes públicos, a Igreja aconselha a assistência das corporações ou sindicatos.

*Patrões e operários* — Se as contingências naturais classificaram *necessariamente* os indivíduos numa dessas duas categorias, a harmonia social depende da justa compreensão que cada indivíduo tenha de sua própria situação e, embora se esforce honestamente para melhorá-la, saiba

conformar-se com as circunstâncias em que se encontre a cada momento, cumprindo o seu dever.

Aos patrões cabe primeiramente o dever de respeitar no operário a dignidade humana, não vendo nêle exclusivamente o autômato fornecedor apenas do *trabalho manual* que constitui a única *medida do valor* para os marxistas. As condições espirituais e sociais do indivíduo influem sôbre a sua conduta e, portanto, sôbre o rendimento do seu trabalho. Logo, não só o dever de justiça, conforme o disse S.S. o Papa Leão XIII, como o próprio interêsse dos patrões, os aconselha a velarem para que "o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corrutoras, que nada venha a enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia". Eis aí por que os patrões devem cooperar em tôdas as obras visando a assistência social aos proletários, sem se esquecerem nunca que o primeiro e maior dever dos que empregam e dirigem o trabalho alheio é o de remunerá-lo no seu justo valor.

Aos operários não cabem menores deveres. Além do de fornecerem honestamente o trabalho a que, livremente, se comprometeram, cumpre-lhes proceder com lealdade, condicionando suas reivindicações às fórmulas legais e fechando os ouvidos ao canto das sereias revolucionárias que os procuram seduzir com a falsa promessa dum quimérico paraíso terrenal.

Aliás, a aproximação entre patrões e operários tem sido realizada por intermédio de instituições particulares, como sejam as associações de auxílios mútuos, as de previdência, os patronatos e as corporações operárias, quase tôdas originariamente católicas. A mútua compreensão de patrões e operários depende, porém, principalmente, de que

êles tenham sempre em mente a lição de Leão XIII: "*Nada vale o capital sem o trabalho, nem o trabalho sem o capital*", e, bem vivo no coração, o sentimento da caridade.

Para extinguir as causas das lutas sociais não bastará fazer justiça, dando a cada um o que lhe fôr devido; para solidarizar ricos e pobres em perfeita comunhão social, é mister que a caridade console o aflito mitigando a dor, lenindo sofrimentos morais e materiais, provendo necessidades. A Igreja prega, pela voz dos Papas, "a cooperação de todos para o bem comum", inspirada no ensinamento de São Paulo: "se um membro sofre, todos os membros sofrem com êle".

*O justo salário* — Depois de lembrar que "entre os deveres principais dos patrões é necessário colocar em primeiro lugar o de dar a cada um o salário que convém", recorda S. S. o Papa Leão XIII que "explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas". Então, recomenda que "o salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado".

Inspirado sempre na transitoriedade da vida temporal, lembra finalmente o Sumo Pontífice que a posse dos bens da fortuna interessa muito menos do que o uso que dêles se faz, constituindo "um dever lançar o supérfluo no seio dos pobres" para aliviar as suas necessidades, mesmo porque a origem comum do homem fraterniza a humanidade.

Essa é, em síntese, salvo melhor parecer, a doutrina social da Igreja Católica, contida nas duas memoráveis encíclicas acima referidas.

## A IRRELIGIÃO É A CAUSA DE TÔDAS AS CRISES

O desenvolvimento científico, aplicado à indústria, tem permitido prodigiosas criações, com o melhor aproveitamento das fôrças e dos recursos naturais, poupando trabalho, modificando ambientes, facilitando a vida material. O progresso aumentou com o saber, mas, à medida que êste domina a matéria, penetrando nos segredos da natureza, o espírito humano esmorece no esfôrço de decifrar a verdade suprema: para que e por que vivemos? Sim, qual o objetivo da vida?

A ciência pretende dar ao espírito humano a ilusão da onipotência, procurando governar a matéria, embora sinta-se incapaz de defini-la, quando a considera como condensação da energia cuja origem não explica, invocando a perpetuidade da fôrça...

Em tudo e por tudo a preocupação máxima do cientismo tem sido a de emancipar o homem de Deus. A religião apresentava a criação como ponto de partida de tôdas as coisas, dando à vida espiritual bases eternas. Mas a ciência qualificou tôdas as crenças como ilusões, e, incapaz de substituí-las por verdades satisfatórias, reduziu o homem a mero joguete de suas paixões instintivas e essas, excitadas pelo desejo do poder ou pela volúpia do luxo, só pode

gerar, no convívio social, a inveja, o ódio e a hostilidade entre os indivíduos e os povos.

Atribuindo aos homens origem e destino comuns, a religião constitui fôrça coesiva apertando os laços da solidariedade humana, enquanto que o cientismo, indicando a satisfação dos instintos pessoais como objetivo único da vida, age como elemento desagregador, ensimesmando os sêres humanos no egocentrismo isolante.

Essa tem sido a ação do cientismo. Renan, no prefácio de *L'avenir de la science,* declarou ver no progresso das ciências a única esperança da humanidade e o único meio do qual poderia lançar mão para resolver os cruéis dilemas em que assenta a sua condição moral sôbre a terra. Noutro passo de sua obra demolidora, declarou êle: "nós, que temos a arte, a ciência e a filosofia, não precisamos de igreja" e, completando seu pensamento, acrescenta: "admito que, para o futuro, a palavra *moral* se venha a tornar imprópria e seja substituída por outra... Sê belo, e, então, faz a cada instante o que te inspirar o teu coração, eis tôda a minha moral".

A ação corrosiva do cientismo se desenvolveu principalmente na França, e a atual guerra evidenciou o estado de fraqueza moral atingido por um povo de tão heróicas tradições, que já na primeira conflagração necessitara da ajuda alheia para expulsar o invasor. Essa obra dissolvente se realizou, em grande parte, através do partido radical, cujo chefe, F. Buisson, dizia em 1904: "Estamos familiarizados com a idéia que um povo pode viver sem religião. Durante trinta anos esforçamo-nos por dar a essa noção um crescente vigor". Trinta anos depois, o escritor francês Luiz de Launay, em sua obra *"O fim dum mundo e um*

*mundo novo"*, escrevia "Quanto à religião, que se me perdôe de a tratar aqui como uma simples convenção útil, tôda a gente sabe que, há meio século, os mais ardentes esforços dos governos da França têm sido feitos no sentido de eliminá-la".

Mal empregado vigor êsse que, afrouxando a unidade cristã da França, fêz periclitar a nacionalidade. Mas a pátria de Joana d'Arc sofre, embora com mais intensidade, o efeito do malefício que de modo geral atacou o espírito humano.

Emancipada dos preceitos religiosos que a sofreavam, a humanidade, esquecida de seu destino superior e entregue à materialidade de seus instintos, vive unicamente para gozos terrenos.

E o que aconselha o cientismo político em substituição às regras da moral cristã, que êle procurou derruir?

Partindo da negação religiosa, filosófica e moral, o materialismo chegou à negação política e social, quando proclamou o princípio da igualdade absoluta entre os homens. Essa a conclusão a que conduz a psicologia de Condilac, deturpando a velha doutrina de que todos os conhecimentos são transmitidos ao homem pelos sentidos, sendo as faculdades humanas as próprias sensações transformadas e, igualmente, a filosofia de Helvécio, sustentando que a origem da moral são as sensações e que o interêsse constitui o móvel das ações humanas.

Para os filósofos materialistas, alheios a qualquer aspiração pela vida ideal, a preocupação única da humanidade deve ser procurar o prazer e evitar a dor e por isso a psicologia sensualista e a moral do interêsse tendem a separar egoisticamente os homens, reduzindo a sociedade a

um agregado de indivíduos indiferentes quando não antagônicos, organizada apenas pela necessidade de conciliar interêsses contrários.

Tentando corrigir sua ação disjuntiva, o cientismo chegou à conclusão de que ao Estado cumpre legislar sôbre as virtudes cívicas, como se estas não fôssem meras expressões das virtudes morais que independem de decretos e são desenvolvidas pela ação educativa, sobretudo do exemplo, isto é, pela cultura moral. Mas para o individualismo materialista não existe o ideal da justiça, da tolerância, da fraternidade, do patriotismo; existem apenas fórmulas legais, de aplicação sujeita às subtilezas das interpretações ocasionais, porque são vazias de conteúdo moral.

Adeptos do govêrno da Razão, os racionalistas chegaram a fundar, na França, um regime político cujo credo se resumia em três artigos: liberdade, igualdade e fraternidade. A liberdade foi logo por êles mesmos fraternalmente guilhotinada e, como não conseguiram conciliar o princípio da igualdade com o da hierarquia, fracassaram lamentavelmente na prática, criando o caos que precedeu a era napoleônica.

Outras criações do materialismo racionalista foram a liberal democracia e o coletivismo em suas várias modalidades, visando tôdas apenas lisonjear os mais baixos instintos da plebe. Fourier, por exemplo, chegou a idealizar novo regime social que livrará o homem da dor e da miséria, prolongando a existência média a cento e quarenta anos "cento e vinte dos quais de exercício ativo em amor". Mas tôdas as utopias prometendo o paraíso terrenal falharam e o que vimos na Rússia, onde êsses teoristas encontraram campo propício para experiência definitiva em

larga escala, foi a implantação da autocracia comunista, tão odiosa quanto a czarista que a antecedera.

Ninguém assinalou melhor que Berdiaeff a natureza do mal de que sofre a humanidade, quando escreveu: "Não há substância espiritual nem no socialismo nem na democracia. Nenhuma ideologia social ou política adquire substância verdadeira se não a descobre na vida espiritual, na subordinação de tôdas as formas sociais e políticas a um fim espiritual".

Meditando sôbre a origem dos males que afligem a humanidade, qualquer pensador honesto chegará à conclusão de que a irreligião é a causa de tôdas as crises. Aliás, foi êsse o parecer do maior de todos os filósofos materialistas — Augusto Comte — que tentou remediar a ação moral negativa do cientismo, criando a 'Religião da Humanidade.'

Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — Brasil — 1946